MUNICÍPIO DE LOULÉ
Assembleia Municipal
Código Postal 8104-001
289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

ACTA N.º 1/2011
Sessão Ordinária de 25 de Fevereiro

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, **sob a presidência do Prof. Mário Patinha Antão**, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sexto do Regimento, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: ----------
---
----------**Lista de Presenças**: ----------

---

22 Deputados Municipais do PSD – Mário Patinha Antão, (Presidente), Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha (1.ª Secretária), Hélder Manuel Faria Martins, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques,,, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Maria Graciete Baião Botelho Freitas, Mario Baião Botelho da Silva, Carlos José das Neves Catarino, Fábio Manuel da Silva Bota, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Paula Alexandra Palma Martins, Analídio Correia da Ponte, José João Gonçalves Guerreiro, Telma Isabel Domingos Apolónia, Maurício Joaquim Nogueira Rita, João Manuel Martins Rafael, (substituto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Fernando Manuel Guerreiro Vargues (Presidente da Junta de Freguesia de Benafim), José Coelho Mendes (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Rosa Maria S.F.Caliço em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Querença), Joaquim Duarte de Sousa Cavaco (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Horácio Correia da Piedade, (Presidente da Junta de Freguesia de Sebastião), Carlos Alberto Viegas Grade Presidente da Junta de Freguesia da Tôr; ----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

13 Deputados Municipais do PS – Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Maria Helena Serafim Baptista (2.a Secretária), Luis Miguel Cristóvão Mealha, Carlos Gabriel da Silva Carmo, Hugo Filipe Pereira do Rosário, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Fernando Domingos Santos, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte Silva, João Manuel de Sousa Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Abílio Vargas de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de Ameixial), Rui de Sousa Mogo (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Pedro Maria Neves de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente); ----------

1 Deputado Municipal do BE – Carlos José da Silva Martins (BE) ----------

1 Deputado Municipal do CDS-PP – António José Mendes Pinto Farrajota; ----------

Apresentaram pedido de suspensão de mandato: ----------

O Sr. Deputado Gilberto José Carapeto de Sousa (PSD), a Deputada Irina Alexandra Mendes Martins (PSD), a Deputada Jamila Bárbara Madeira e Madeira (PS), Rui Eugénio Ferreira Lourenço (PS), Carlos Manuel Pontes Costa (PS), Cristina Isabel Santos Brito (PS), Eugénio Manuel Coelho Guerreiro (Presidente da J. F. de Alte), Manuel Viegas dos Santos (Presidente a Junta de Freguesia de Querença) e Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) ----------

Ordem de Trabalhos

1- Período de Antes da Ordem do Dia;

2- Período de Intervenção do Público (Parte I);

3- Período da Ordem do Dia:

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

a) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da actividade municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

4 – **Período de Intervenção do Público (ParteII)**

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Mário Patinha Antão** Deu inicio à **Sessão Ordinária.** ----------
---

Completou-se a **Mesa da Assembleia** com a indicação dos respectivos líderes das Bancadas do PSD e PS, representado como **1.ª Secretária** – Deputada **Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha** (PSD) e como **2.ª Secretária** – Maria Helena Serafim Batista (PS).) ----------
---

O Sr. **Presidente da Assembleia,** deu a palavra à Sra. 1.ª Secretária Manuela Tenazinha, para informar os pedidos de suspensão de mandato para esta sessão, bem como a leitura do expediente chegado à Assembleia Municipal. ----------
A Sra. 1ª Secretária, Manuela Tenazinha cumprimentou todos os presente e passou a dar conta da correspondência recebida. Informou que a mesma está sempre disponível para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal:-
---
Ofício proveniente do Executivo da Câmara Municipal, que tem a ver com o Plano de Urbanização Caliços/Esteval e que tem a ver com a aprovação da equipa técnica que foi aprovada pela deliberação da Câmara de 22 de Dezembro de 2010 e portanto é a respectiva comunicação;----------
- ofício proveniente da Câmara Municipal, que tem a ver com a comunicação de uma deliberação da Associação de Municípios Loulé/Faro que tem a ver

com o mapa da empresa de concepção e gestão do Parque das Cidades Loulé/Faro e o respectivo regulamento, que também está aqui para consulta, inclusivamente tem cópia da acta da Assembleia Intermunicipal;----------
- ofício da Câmara Municipal e que também tem a ver com a mesma empresa de concepção e gestão do Parque das Cidades Loulé/Faro, a dar conhecimento à Assembleia da deliberação que tem a ver com a extinção desta empresa e também se encontra aqui a cópia da respectiva acta da Assembleia Intermunicipal que também pode ser consultada;----------
- comunicação que tem a ver com a variante da EN 125-4 que é entre a circular Loulé e Valados, e tem a ver com o abaixo-assinado que foi entregue à Agência Portuguesa do Ambiente e foi dado conhecimento a esta Assembleia.----------
- comunicações, do Gabinete de Apoio dos deputados do PCP ao Parlamento Europeu, que tem a ver com o problema das pescas no Algarve; ----------
- Moção da Assembleia de Freguesia de Boliqueime; ----------
- comunicação do manifesto que tem a ver com a educação e a defesa da escola pública;----------
- dois abaixo-assinados que têm a ver com o mesmo assunto da variante que referimos há pouco e que trazem aqui a cópia de uma petição pública dirigida à Assembleia Municipal de Loulé e também à Câmara Municipal.

Deu ainda conhecimento que havia três actas para discussão e aprovação: Acta n.º5/2010 sessão ordinária de 24 de Setembro; Acta n.º 6 de 26 de Novembro e a Acta n.º 7 de 22 de Dezembro.. ----------
---

O **Sr.Presidente da Assembleia** colocou as Actas nºs 5/2010, Acta n.º 6/2010 e Acta n.º 7/2010 à votação tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.
---

1 – Período de Antes da Ordem do Dia: ----------

Foi dada a palavra às bancadas para se pronunciarem sobre matérias que entendam trazer ao conhecimento da Assembleia. A mesa solicita que organizem o tempo, de maneira a que no conjunto, não ultrapassem o tempo

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

disponível para cada bancada. ----------

Interveio o senhor **deputado José João Guerreiro (PSD)**, e cumprimentou todos os presentes, passando a sugerir uma pequena alteração na leitura do expediente e correspondência, chegada à Assembleia Municipal.----------
Questionou "se não seria possível, uma vez que a correspondência vem atempadamente para a secretaria da Assembleia, que a mesa pudesse elaborar um pequeno resumo da correspondência recebida e fazer envio por e-mail, por forma a que os deputados tenham conhecimento da correspondência existente e caso tenham interesse em aprofundar alguma matéria, possam solicitar essa matéria, para que quando ela é aqui lida e apresentada, estarem em condições de poder discuti-la, porque de outra forma perde actualidade. A matéria fica desactualizada e por vezes fora de contexto. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia,** disse que a mesa acolhe a sugestão e passará a proceder de acordo com aquilo que foi referido. Trata-se de um resumo. De certa maneira é para que os senhores coordenadores das bancadas, se quiserem, possam solicitar uma cópia dessa mesma informação..

Interveio o senhor **deputado Hélder Martins (PSD)**, que cumprimentou todos os presentes e disse:----------
---

"Creio que, aliás como vai acontecer no próximo regimento quando for aprovado e se for aprovado como está proposto por todos os elementos, tendo em consideração que temos hoje aqui uma das sessões com um maior número de público presente, concerteza para apresentar algumas questões e tendo em consideração que este Período de Antes da Ordem do Dia se prolonga até muito tarde, eu propunha que fizéssemos aqui uma alteração, pese embora já ter havido intervenções, mas que passássemos imediatamente ao público, que não precisaria (se quiser estar teremos muito gosto em que esteja), mas não precisaria de estar até à meia noite ou

uma hora para apresentar as suas questões e depois retomaríamos caso houvesse concordância das bancadas."----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- "Há uma demonstração eloquente de aprovação, quer por parte de todas as bancadas que se manifestaram de uma forma discreta, quer da parte do Exmo. público e dos nossos queridos munícipes que se manifestaram e muito bem, de uma forma mais calorosa. Gostaria a mesa de sublinhar a matéria, dizendo que estávamos a ouvir a sua proposta com muita satisfação, porque de facto, é o que faz sentido e a mesa evidentemente não podia fazê-lo porque está atida ao cumprimento do regimento. É importante que a nova proposta de regimento vá nesse sentido, porque vai no caminho certo. Portanto senhoras e senhores deputados vamos proceder assim, dando a palavra ao Exmo. público, em todo o caso se houver alguma, como parece que há alguma consideração, antes de darmos a palavra ao Exmo. público, por parte de alguma das bancadas, depois daremos essa palavra designadamente há um pedido do senhor deputado Carlos Martins do BE, a quem dou de imediato a palavra".----------
---

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, que cumprimentou todos os presentes e disse:----------
-"Estou perfeitamente de acordo com estas duas propostas. Aliás fazem parte da proposta de revisão do Regimento do qual fiz parte. Relembro à mesa que tenho aí uma proposta de recomendação que transitou da ultima reunião sobre a foz do Almargem e uma Moção de Actualidade e Urgência sobre as Portagens na Via do Infante e gostaria que a seguir ao público fossem tratadas. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- Assim será senhor deputado, evidentemente depois de cumprirmos este Período de Antes da Ordem do Dia, que a palavra é para o Exmo. público, quando entrarmos no nosso período de Antes da Ordem do Dia reservado aos senhores deputados, naturalmente que estas matérias vão ser objecto das primeiras intervenções.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

A primeira palavra ao Exmo. público, quem quiser intervir fará o favor de se aproximar dos microfones, fará o favor de se identificar e iniciará a sua intervenção. O pedido de identificação é meramente para registo das nossas gravações.----------
---

Foi dada a palavra ao público: ----------

Interveio a **munícipe Libania Chaves**, e disse: ----------
-" Muito boa noite. O meu nome é Libania Chaves e estou aqui em meu nome próprio e em representação de alguns colegas presentes. A grande maioria está ausente porque está a trabalhar, não pôde estar presente, gostaria de o fazer, mas não pode fazê-lo e estou aqui para manifestar a nossa grande preocupação pela implementação de parquímetros na zona de Vilamoura onde todos nós trabalhamos.----------
A nossa intenção é sensibilizar todos os presentes para o nosso grande problema. Nós trabalhamos numa zona turística, numa zona onde não há alternativas de parqueamento, numa zona onde não há alternativas de transportes públicos, onde há pessoas que também residem em zonas que não são abrangidas por esses mesmos transportes públicos e salientamos o facto de trabalharmos por turnos, o que implica que temos pessoas a sair às 6 da tarde, às 7, ás 8, ás 9, meia noite, 1 da manhã. Tivemos conhecimento de uma forma informal que vão ser criados parques alternativos na periferia de Vilamoura, não sabemos a sua localização, mas este facto também é motivo de preocupação, porque Vilamoura a exemplo de outras zonas, infelizmente são zonas onde a violência cada vez mais se faz sentir. Nós sentimos insegurança, temos casos concretos, temos um colega que entre as duas e as quatro da tarde na passada semana lhe roubaram o carro do parque de estacionamento. Temos colegas que foram assaltadas em pleno dia, temos clientes que são assaltados e isto coloca em causa a nossa segurança inclusivamente o facto de termos que nos deslocar para a periferia do nosso local de trabalho.----------
O pagamento de parquímetros está completamente fora de hipótese, já gastamos imenso do nosso vencimento em combustível, aliás, nós temos colegas que já partilham a viatura e têm que esperar uns pelos outros para tentar rentabilizar, porque é incomportável o preço do combustível e pagar

parquímetros está fora das nossas possibilidades económicas e o nosso objectivo é sensibilizar todos os presentes que equacionem a nossa situação, que nos ajudem a arranjar uma solução, porque nós precisamos do nosso emprego. É o nosso posto de trabalho que está ali em causa. É que a maioria das pessoas não pode continuar a trabalhar e isto é uma situação muito preocupante para todos os trabalhadores do quarteirão, que é a avenida da marina, a avenida Tivoli. Era basicamente isto que queria transmitir, pedir a vossa ajuda, pedir a vossa compreensão e que nos arranjem uma solução de forma a podermos continuar a trabalhar no sítio onde gostamos de trabalhar. Já agora também gostaria de dizer que tenho aqui outros colegas, que provavelmente eles gostariam de acrescentar algo ao que eu disse, de salientar algum pormenor que eu não mencionei. Muito obrigada".--
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, agradeceu a intervenção e deu a palavra a outra munícipe. ----------
---

Interveio a **munícipe Letícia Miguel**, e disse: ----------
- "Boa noite. O meu nome é Letícia Miguel, também sou trabalhadora de hotelaria de Vilamoura e estou aqui também em representação de todos os colegas que não puderam vir e em meu nome pessoal.----------
E estamos aqui no seguimento de uma carta que fizemos, que endereçamos ao senhor Presidente da Câmara sobre este assunto, onde reconhecemos assinaturas de bastantes pessoas, onde expusemos a nossa preocupação ao senhor Presidente. Ainda não obtivemos resposta, penso que iremos tê-la, mas aproveitamos esta Assembleia hoje para realmente vir aqui manifestar a nossa preocupação, porque os ordenados em hotelaria a média é baixa, como se sabe, não conseguimos suportar os parquímetros, porque gastamos 100€ de gasolina com uma média de ordenados baixos como os senhores sabem em hotelaria, não conseguimos suportar. Não temos alternativas, os horários, já andei a fazer uma pesquisa sobre horários dos autocarros, não são compatíveis com os nossos horários. Nós temos dias que trabalhamos dez/doze horas por dia, temos dias que trabalhamos oito horas que é o mínimo, de Inverno trabalhamos oito, no Verão, os meses piores nunca trabalhamos menos de dez horas, e não podemos dizer ao nosso patrão, que

não fazemos porque temos autocarro ás 6h porque está em causa o nosso posto de trabalho, está em causa o nosso desempenho. ----------
Penso que esta medida para nós está-nos a preocupar bastante, porque não vamos conseguir suportar o preço dos parquímetros mais a deslocação, quando não há alternativa. ----------
Por exemplo em hotelaria, onde se trabalha por turnos, há uma "barman" que sai à meia noite, não tem hipótese de vir para casa, mesmo que ela viva em Loulé, ou que viva dentro de Quarteira, não pode ir para casa só se for de táxi, porque não pode, não tem alternativa. Há um parque na periferia criado, como é que vêm para a periferia? Não pode vir, não pode vir sozinha, porque os horários são muito flexíveis; há pessoas que chegam ao hotel ás 7 da manhã para os pequenos-almoços, fazem o horário repartido e depois saem à meia-noite, são bastantes horas a pagar parquímetro. Nós não suportamos e pedimos a vossa colaboração no sentido de ser criada uma alternativa, um passe, um cartão de trabalhador, onde nos fosse facultado o estacionamento. Nós não queremos estacionar no anel, não queremos, queremos nos parques interiores, porque compreendemos que quem quiser estacionar no anel, serão os passantes, os turistas, que vai afastar bastante o turismo de Vilamoura, porque só quem está lá um ano inteiro é que vê e nesta altura do ano vamos à Marina, onde vamos todos os dias na hora de almoço, está deserta. A Marina está deserta, portanto isto vai afastar o turismo ainda mais desta zona e não conseguimos.----------
Nós não queremos estacionar no anel, nós queremos uma alternativa, queremos estacionar nos parques do interior com um livre passe, como devem calcular não aguentamos, os ordenados são baixos, não dá, e são no mínimo 10 h por dia! Não contando com os turnos, como já disse.----------
Era isto que queríamos apresentar, e queríamos a vossa colaboração e compreensão. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao Sr. Munícipe que passou a intervir: ----------
---
Interveio o **munícipe António Tomás**, e disse: ----------

- "Sou morador no Cerro de Santa Luzia, não sei se sabem onde fica, porque temos aqui uma ilha no cerro totalmente esquecida. Há cerca de oito anos entregamos um abaixo-assinado por causa das águas e esgotos no cerro. Temos em toda a volta água e esgotos e ficou ali uma ilha ali no meio, que é a estrada que sobe por trás do Pavilhão e que vai até lá acima ao moinho, está aí um percurso enorme que acho que está mesmo esquecido dos nossos autarcas da nossa Câmara, que estão ali dezenas e dezenas de fossas a poluir os furos, toda a gente tem furos, toda a gente utiliza fossas.----------
---

Sei que no momento toda a gente se queixa que não há dinheiro, mas eu penso que estamos dentro da cidade e felizmente o nosso concelho já tem esgotos em quase todo o sítio e nós dentro da cidade estamos totalmente esquecidos ao longo de muitos anos e mora muita gente por ali. Estamos aqui algumas pessoas do cerro e vamos ver se não é necessário fazer mais nenhum abaixo-assinado, a ver se vocês olham para ali com um bocadinho de carinho. Obrigado".----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao Sr. Munícipe, que passou a intervir: ----------
---

Interveio a **munícipe Maria Fernanda Costa Chauvin**, e disse:----------
- "O meu nome é Maria Fernanda Costa Chauvin, sou filha de um proprietário na zona do Morgadinho, toda aquela zona por trás da Vila Sol, do Aquashow, e a minha pergunta era se já existe neste momento alguma intenção relativamente à alteração do PDM nessa zona. O meu assunto já é conhecido, acho que não vale a pena falar muito mais sobre ele, porque acho que as pessoas que estão encarreguem desse assunto já me conhecem e então eu queria saber se existe já neste momento alguma decisão nessa direcção. Muito obrigado."----------

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse que iria dar a palavra às bancadas e depois à Exma. Vereação. ----------
As bancadas deverão usar este período com moderação, porque evidentemente trata-se de uma interrupção muito directa com quem tem o

poder executivo, mas evidentemente a mesa não cerceia a possibilidade das bancadas poderem manifestar uma perspectiva. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Deputado Hugo Nunes (PS). ----------
---

D**eputado Hugo Nunes (PS),** Cumprimentou todos os presentes. Sobre a questão do regulamento do parqueamento em vários locais do concelho, e sobre a aplicação de tarifas ao estacionamento e ao parqueamento em Vilamoura, mas não só, quero dizer desde logo que os vereadores do PS da Câmara Municipal de Loulé, não votaram nem votarão a favor da aplicação de um tarifário, de uma proposta que preveja a penalização, durante todo o ano, das pessoas que lá trabalham e que visitam aquela zona, não só os vereadores não farão, como esta bancada também, quando tiver que se pronunciar para aprovar o regulamento na sua versão final, se isso assim for entendido, também esta bancada não votará favoravelmente um documento que preveja isso. E isto porquê? Porque a Bancada do PS olha para a questão da utilização dos parquímetros, da cobrança do estacionamento no espaço público, como uma forma de gerir melhor o estacionamento e a circulação na via pública e não como uma fonte de receita. Esta é que me parece ser a principal diferença entre aquilo que é proposto e aquilo que é a forma como encaramos este instrumento. ----------
Os parquímetros fazem sentido, se calhar, em determinadas alturas do ano. Os parquímetros fazem sentido em determinadas zonas dos espaços urbanos. Agora, os parquímetros não fazem sentido se forem instalados de uma forma generalizada e sem estar devidamente contextualizada. É preciso que a aplicação dos parquímetros seja vista não como uma forma de ir ganhar mais cem euros, mais mil euros, mais cem mil euros, que sejam, mas sim, como uma forma de regular a utilização do parqueamento do estacionamento e da circulação nesses espaços. É essa a nossa posição, será essa a nossa posição também no futuro, sempre que formos chamados a pronunciarmo-nos sobre ela.----------

No que diz respeito à questão do PDM, quero dizer que esta bancada não acompanha a execução prática do PDM, participará concerteza na votação dos documentos finais e aí terá em atenção um conjunto de referências, de interesses dos munícipes deste concelho e terá também em atenção os interesses deste concelho. Será dessa forma que se posicionará sobre a

votação desses documentos finais. Sobre a questão posta pelo nosso concidadão António Tomás, que aproveito para cumprimentar e dizer que nós aqui não aprovamos o lançamento das empreitadas, aprovamos sim os orçamentos das autarquias e as contas de gerência e portanto esta é uma questão que teremos também de ter em conta para que no futuro, quando formos chamados a pronunciar-nos sobre estes documentos. Muito obrigado.----------
---

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, e disse que gostaria de questionar a proposta de parqueamento nesta referida zona. Não teve conhecimento que já tivesse vindo à Assembleia Municipal, para se poderem pronunciar. ----------
Gostaria de saber quem é que está a fazer esta empreitada, se é a Lusotur, ou a Brisa. ----------
As pessoas compraram habitações em urbanizações com direito a estacionamento, porque a lei assim obrigava, cada espaço, cada apartamento, cada fogo teria direito a x espaços para estacionamento e acontece que, vimos ultimamente que a Câmara abusa na delegação que faz para com esta empresa. É uma empresa que gostaríamos de saber, se em relação ao parqueamento já existente nas zonas de Loulé, julgo que pouco mais, qual é realmente o balanço que fazem, se realmente a conta corrente em relação ao que recebem dá para pagar aos funcionários, e se justifica-se.

Compreendo que a política do parqueamento em zonas comerciais terá que ser bem vista e analisada, de modo a facilitar que as pessoas que vão ao comércio local, tenham possibilidades de estacionar, não se pode é alargar exponencialmente essa área.----------
Por outro lado tem que se ver os direitos das pessoas, que no caso concreto de Vilamoura, há medidas que, por vezes, pensa-se que têm arrecadação de receita, mas têm é muito mais despesas e que realmente o que se recebe não compensa aquilo que se perde e isso também tem que ser analisado do ponto de vista de equilíbrio económico das empresas, mas também no ponto de vista social das pessoas que lá residem e dos trabalhadores que lá trabalham. ----------
O PDM é um instrumento de planeamento que devia ser participado.

Infelizmente fizeram uma proposta inicial da criação de uma Comissão de Acompanhamento dos trabalhos do PDM, pois foi rejeitada, foi ignorada. --- Como tal não têm nenhum conhecimento da evolução dos seus trabalhos e pouco nos tem sido facilitado aqui a esta Assembleia. Julgamos que a qualidade de vida dos cidadãos, passa realmente por todos terem condições de saneamento e de abastecimento de águas de modo equilibrado. Julgo que realmente há situações e situações, e esta situação do Cerro de Santa Luzia certamente a Câmara irá dizer alguma coisa, tecnicamente não sei se tem solução rápida ou não.----------
Obrigado senhor Presidente. ----------

Interveio o senhor **Deputado Pedro Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente)**, que cumprimentou todos os presentes e disse que gostaria de se pronunciar sobre a intervenção no Cerro de Santa Luzia, porque algumas vezes fizemos chegar junto da Câmara e dos técnicos da Câmara Municipal a necessidade de levar o abastecimento de água e os esgotos aquela zona que aquele senhor, o SR Tomás, considerou como uma ilha, e quando se refere a uma ilha é aquela zona ali que ficaria isolada.------
Tecnicamente a justificação que nos foi sendo dada, era que aquela zona estava dependente e está ainda dependente da conclusão de dois projectos, que eram o abastecimento de água à Cruz da Assomada e aos Corgos de Santa Luzia e também a execução daquele troço da circular de Loulé.--------
---

Pergunto à Câmara, se concluídos agora estes dois projectos, talvez já haja condições técnicas para considerar, pelo menos para drenar o saneamento da zona a que aquelas pessoas se referiam. Porque se referem ao Cerro de Santa Luzia, levar o abastecimento de água a uma parte tão alta através da rede de Loulé, vemos que é muito difícil. Mas melhor do que a Junta de Freguesia de S. Clemente, a Câmara Municipal, justificará. Queria deixar aqui a estas pessoas, a nossa preocupação sobre a zona onde residem. Várias vezes a Junta de Freguesia em reuniões com o Executivo da Câmara Municipal e com o senhor Eng.Custódio, falamos sobre esse assunto e também, uma vossa vizinha que é funcionária da Câmara Municipal, muitas vezes me ajudou a levar junto do Executivo da Câmara, as vossas preocupações. Muito obrigado e vamos trabalhar para que, dentro de pouco

tempo, possam usufruir daquilo que noutras zonas já existe. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao executivo camarário, na pessoa do Sr. **Presidente da Câmara, Dr. Seruca Emídio** que cumprimentou todos os presentes e disse que felicita a forma correcta e adequada como foram colocados todos os problemas, os três principais problemas que aqui foram colocados. ----------
Depois da parte mais fácil, que é estar do lado das pessoas que normalmente vêm reivindicar alguma coisa, cabe a parte mais difícil que é a do Executivo, que é a de quem tem que tomar decisões e efectivamente ponderar com equilíbrio e com bom senso, essas mesmas decisões. ----------
Quero responder à D. Maria Fernanda, relativamente à questão do PDM de Loulé, que o mesmo está em fase de revisão, em que todos os interessados podem manifestar a sua opinião, a sua posição, as suas ambições e desejos relativamente aos terrenos que possuem. É um PDM que foi aprovado em 1995 e que portanto a partir de 2005 estava em condições de ser revisto. Nenhum PDM de nenhuma Câmara do Algarve neste momento foi aprovada ainda, e portanto estão em fase de discussão. Queria no entanto salientar por o facto da revisão do PDM, daquilo que irá contemplar o PDM, não dizer só respeito, nem só, nem muito aquilo que a Câmara propõe, aquilo que a Assembleia Municipal também poderá efectivamente analisar, mas há uma série de organismos que têm uma palavra a dizer na revisão do PDM. --------
---
Penso que é um tema muito importante, porque está criada a expectativa de que todas as pessoas que têm um terreno legítimo e que têm a expectativa de valoriza-lo com a ocupação, com a construção de casas, toda a gente está à espera da Revisão do PDM para poder construir alguma coisa. ----------
Lamento, mas penso que não será possível que isto venha a acontecer, nem aqui nem em parte nenhuma do mundo, porque isto precisa de pareceres, de organismos como a agricultura, do ambiente, a CCDR, a ARH. Há portanto uma série de entidades, todas elas se têm que pronunciar sobre as propostas que são feitas pela Câmara e depois é que vão dar o parecer de aprovar ou não. Portanto não depende só do Executivo da Câmara, a aprovação do novo PDM que seja aprovado.----------

De qualquer forma, respondendo directamente, está em fase ainda de revisão. Foi feita a caracterização do município, isto é, foi feito um levantamento de tudo aquilo que existe, uma fase de discussão pública em que todos podem mandar o seu desejo relativamente ao seu território e está numa fase ainda agora indicada, para que a senhora possa dirigir-se à Câmara, manifestando qual é a sua opinião, qual é o seu pensamento e quanto aquilo que deseja.----------
Isto é o que tem a ver com o PDM de Loulé. Eu quero-vos dizer que, pelo conhecimento que tenho ao longo destes anos que estou na Câmara, há muita habitação que não está legalizada e está à espera da aprovação do PDM para que o mesmo aconteça, para não falar já em terrenos que estão por ser utilizados e estão à espera também da mesma coisa. ----------
Relativamente à questão do Cerro de Santa Luzia que o senhor António Tomás aqui trouxe esta noite.----------
Naturalmente que a Câmara, este Executivo e ao anteriores desde há oito, nove anos a esta parte, que têm gasto a maior percentagem do seu orçamento na cobertura e no abastecimento de água e esgotos neste concelho, porque quando nós aqui chegamos há nove anos, as carências nesta área eram enormes, basta ver, aliás aqui foram faladas em duas obras, uma que tem a ver com a Cruz da Assomada e outra que tem a ver com o Paixanito, Barreiros toda a zona baixa junto ao litoral, Alfarrobeira, Esteval, Benfarras, são milhões e milhões de euros que a Câmara tem gasto para levar esse bem precioso que é a água a casa de cada um e ao mesmo tempo também, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, relativamente aos esgotos, sem necessidade de terem as fossas, fossas que têm problemas de impregnação dos solos, de contaminação dos solos, de impermeabilização, de problemas de saúde pública, sem contar já com a necessidade de, temporariamente, ter que ir lá um carro da Câmara, para fazer a limpeza. Isto para dizer que essa situação particular do Cerro de Santa Luzia, tem problemas técnicos, que melhor do que eu, o senhor Vice-presidente e o Eng.º José Graça irá dar resposta, depois de acabar esta minha primeira intervenção. ----------
---
Quanto ao problema pertinente que trouxeram aqui os trabalhadores da hotelaria de Vilamoura, particularmente e relativamente à colocação de parquímetros, queria-vos dizer que o objectivo não é a angariação de meios

financeiros, é uma questão de disciplina, é uma questão de maior qualidade de vida e de destino turístico, basta ver o que se passou este Verão, em toda aquela zona, que não se conseguia andar naquela zona. É uma zona que está muito ocupada particularmente nestes meses e portanto nunca nos passou pela cabeça nem passaria concerteza em estar a dificultar a vida aos trabalhadores ou aumentar a despesa dos trabalhadores com custos de parquímetros, nem seja lá do que for. Aquilo que está inicialmente previsto, é o aparecimento de alternativas. Uma terá a ver com o parque de estacionamento não paga junto à Lusotur e outro junto ao Hotel Lake e também com o reforço dos transportes para levar os trabalhadores para lá.
De qualquer das formas, penso que dentro daquilo que é a nossa preocupação e que é o nosso objectivo também, fazia uma proposta, para que fosse constituído um grupo, um conjunto de representantes dos trabalhadores, para conjuntamente com a empresa Inframoura e também com a Câmara, nós encontrássemos soluções, porque certamente iremos encontrar para estacionamento, ou para outra forma de vos permitir precisamente que tenham condições para continuar a vir trabalhar dentro da comodidade e das condições de segurança que todos anseiam.----------
Quero-vos dizer também que nós começamos com os parquímetros aqui em Loulé, aliás a primeira intervenção que foi feita nesse sentido, foi feita aqui na Praça da República. Na altura foi diminuído o número de estacionamentos, aliás basta ver o que aqui está e curiosamente em determinada altura, quando foi para inauguração, a proposta que vinha por parte da população, era de que não deveríamos deixar passar carros por aqui, isto deveria ser devolvido só como zona pedonal para esta zona central. Pensámos que tem que haver equilíbrio e que dividindo praticamente em duas partes, uma parte para estacionamento e outra como zona pedonal, que é esta praça que aqui está em frente, iríamos valorizar todo este espaço, transmitir mais segurança e tornar mais atractivo o centro da cidade. ----------
É este precisamente o objectivo que queremos implementar no anel de Vilamoura.----------
Quero também dizer-vos, que os parquímetros têm a vantagem de obrigar à rotatividade, obrigar a que as pessoas não deixem o carro o dia inteiro lá parado, em que as pessoas que vão às compras, possam fazê-lo numa hora, em meia hora, dependendo do tempo. O pagamento é feito proporcional ao tempo, inclusivamente os comerciantes, penso que terão muito a ganhar

nisso, porque quem quiser comprar encontrará sempre um lugar para estacionar e porque não também haver a possibilidade dos próprios comerciantes em articulação com a empresa, proporcionar x tempo, meia hora grátis para fazerem as compras. Portanto há várias maneiras de trabalhar. O objectivo é de dinamizar aquela zona, de melhorar a qualidade de vida, de aumentar a segurança para quem lá anda a passear. ----------
É frequente vermos os carros estacionados em cima dos passeios, ninguém consegue passar, nem carros com bebés, com crianças, nem deficientes. É uma situação que urge disciplinar e criar algumas regras, sob pena de um destino que é referenciado como dos melhores da região, se vá cada vez mais degradando e atraindo menos pessoas aquela zona.----------
Portanto relativamente aos parquímetros, era isto que vos tinha para dizer e se o entenderem organizem-se, apresentem uma proposta com as pessoas que considerarem mais adequadas e nós marcaremos depois uma reunião e a partir daí poderemos avançar com essa proposta.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse esta é uma intervenção muito pertinente sobre esta matéria, que todos compreendemos que deve ser tratada no âmbito de um grupo de trabalho, porque os aspectos específicos e o conhecimento concreto das situações têm que ser ventilados, trazidos para cima da mesa e também há uma componente técnica. Julga que se poderá dizer, com a descrição que compete à mesa, que de facto é uma matéria que está bem lançada, quer da vossa parte, que trouxeram o problema à Assembleia e que o fizeram de uma maneira muitíssimo propícia para compreendermos todos de uma forma singela a importância que tem para todos vós, mas fizeram também em termos que permitem uma resposta cuidada e ponderada e visando um resultado equilibrado por parte de quem tem o poder executivo e portanto a proposta de se tratar agora em sede de grupo de trabalho, parece-me que é a boa solução, em que todos nos revimos, e está convencido que com bom senso com equilíbrio e com empenho, se chegará a bom porto, a uma solução equilibrada. Claro que é sempre preciso de parte a parte haver entendimento, é evidente que todos sabemos que não é possível contemplar a totalidade, mas arranjar uma solução equilibrada que minimize os problemas, julgo que está ao alcance de todos nós e julgo que o grupo de trabalho fará um bom trabalho. Agradeceu

a participação. ----------

Interveio o senhor **Presidente da Câmara,** e pediu para definir o interlocutor, para que se pudesse marcar essa mesma reunião e deixou um compromisso. Naturalmente, quando se investe em Vilamoura e particularmente a Câmara Municipal, é para tornar os empregos muito mais duradouros, é para criar emprego, não é precisamente no sentido contrário e portanto não faria sentido uma decisão camarária que viesse dificultar mais a vida.----------

Salientou o contributo que deram para que pudesse ser analisado este problema, de uma outra forma. ----------

Contactaria com os representantes da Inframoura e da Loulé Global que são as duas entidades que têm a ver com a implementação dos parquímetros em todo o concelho, não é só lá em Vilamoura, aqui em Loulé também e em Quarteira, e depois tentar encontrar soluções para estas questões, como aqui foi dito.----------

Efectivamente o horário durante o Inverno é até ás 19 horas, é aquilo que está previsto em Loulé, em Quarteira e em Almancil o horário é o mesmo. Só no Verão é que o horário ia para mais tarde por causa da questão de haver maior afluência nesse período. ----------

Concordou com aquilo que foi dito, é o período de um mês ou dois que tem maior afluência e depois durante o resto do ano não tem, infelizmente para todos. Agora que se vive uma crise profunda é triste ir à Marina de Vilamoura e não encontrar lá ninguém. Infelizmente nem sequer o golfe já nos trás visitantes, que era uma das situações que nos mantinha e combatia a sazonalidade, infelizmente tenho presenciado isso e portanto, informo que estamos todos unidos no sentido de encontrar uma solução que seja vantajosa para todos. Vilamoura é muito importante para o concelho por aquilo que representa, por aquilo que tem representado. Ainda esta semana, na 4ª feira, na abertura da bolsa de turismo de Lisboa, dentro dos prémios que foram atribuídos a nível nacional, a Marina de Vilamoura ganhou novamente o prémio de melhor Marina do país. ----------
---

Isto diz bem da importância que Vilamoura tem, particularmente esta zona, não só para o concelho, mas também para o país.----------

Não queremos de maneira nenhuma perder esta referência e esta imagem de qualidade que nós temos para o concelho.----------
Indicou que na próxima 2.ª feira aguarda contacto para ser marcada a reunião.----------
---

O **senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Eng.º José Graça** que cumprimentou todos os presentes e disse: ----------
Em relação à questão do abastecimento de água de santa Luzia, é um assunto aqui já várias vezes abordado, nomeadamente por várias pessoas, mas essencialmente pela Eng.ª Maria de Deus, que várias vezes comigo abordou essa questão, não é de facto uma área que seja fácil tratar, não há nenhum impedimento técnico, o que há é um custo muito elevado por o utente servido, devido às características da zona. Havia e ainda continua a existir, essa limitação será por alguns meses mais, a questão do abastecimento da água, da quota a que o depósito teria que estar para servir toda essa área, com o depósito, com a obra que estamos a terminar da Cruz da Assomada, isso fica sanado, passa a haver uma quota que permite ter pressão nas várias casas. Do ponto de vista de abastecimento de água, será um problema mais fácil de resolver no futuro. Em relação à parte dos esgotos, a menos que seja possível atravessar alguns caminhos, algumas propriedades privadas, se tivermos que fazer toda a rede de esgotos, apenas em termos daquilo que hoje são caminhos públicos e as acessibilidades dessa área e porque muitas das casas se situam abaixo da quota do esgoto, inevitavelmente terá que haver alguma colaboração da vossa parte, no sentido de bombearem para a rede de esgoto a criar.--------
O Projecto está terminado há algum tempo a esta parte, só não avançou esse projecto, como não avançaram outros, por questões de natureza financeira.----------
Há um conjunto de obras muito volumosas ainda em curso, que foram lançadas nos últimos anos e portanto não há hoje condições de tesouraria, para lançar obras volumosas. Portanto essa é uma das obras que tem projecto concluído, que está equacionado e que falta apenas meios financeiros para o levar por diante.----------

De qualquer modo é evidente que falar do que fizemos fora da vossa área não resolve o vosso problema e para vós isso é o mais importante, era mais importante ter feito junto da vossa casa, do que junto de todas as casas das outras pessoas, o que é perfeitamente legítimo. Cada um pode pensar assim e tem o direito de pensar assim, mas quando terminarmos as obras de saneamento que temos em curso e seguramente terminaremos todas no espaço de um ano, quando esta Câmara completar dez anos aos destinos do concelho de Loulé, seguramente duplicou o número de consumidores finais de água e abastecidos com rede de esgotos em relação aquilo que encontrou quando cá chegou a 09 de Janeiro de 2002 e portanto isto diz bem do esforço que tem sido feito nesta área em termos de dotar de reforçar as populações em termos de águas e esgotos e de tal modo é assim como há pouco o senhor Presidente dizia, que em todos os anos, desde 2002 até 2011, posso assegurar que em 2011 com os investimentos que temos em curso, também assim será. De 2002 a 2011 em todos os anos, sem excepção de 1 ano, o investimento em água e esgotos foi o 1º investimento da Câmara Municipal de Loulé em todos estes anos e portanto é de facto a obra que não se vê depois de concluída, mas que seguramente quem é beneficiado por ela reconhece a diferença e faz toda a diferença ter ou não ter essa situação resolvida.----------

Portanto é evidente que o que falta hoje fazer em termos de abastecimento de água e esgotos no concelho, é uma pequena parte daquilo que foi feito nestes 10 anos, ou daquilo que está em curso, mas o que é verdade é que temos que ter meios financeiros para o fazer e é isso que estamos a tentar obter, para essa realidade ser possível num curto espaço de tempo. Não me posso comprometer com datas, porque não me posso comprometer sem ter a receita para poder fazer essa obra e outras, que estão de facto hoje já terminados em termos de projectos e hoje já tendo uma estimativa muito próxima de qual é o custo por utente, qual é o custo por cada uma das casas servidas e que soluções poderemos vir a ter que minimizar para que esses custos hoje sejam mais baixos. Uma solução por exemplo no vosso caso, seria por exemplo se abastecêssemos só de água, o custo era menos de um terço do que abastecer água e esgotos, mas é evidente que todos dirão, que bem ou mal há que resolver a vossa situação em termos de abastecimento de água e que seguramente pela proximidade à cidade de Loulé, será difícil perceberem os problemas daqueles que porventura considerarmos mais

urgentes e que teremos que hierarquizar em termos de prioridades e portanto este é de facto um que está elencado, é uma necessidade que está estudada, tem projecto, tem orçamento e agora esperamos que tenhamos meios para os levar por diante. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia,** deu por concluída o período de intervenção do público e deu conhecimento de uma Moção e de uma Recomendação chegadas à Mesa, das quais foi feita uma leitura da Proposta de Recomendação apresentada pela Bancada do BE, pela **Sra. 2.ª secretária Maria Helena Baptista (PS): ----------**

Proposta de Recomendação

Afectação de interesse municipal no PDM com vista à classificação da Foz da Ribeira do Almargem

"1. Desde 1990, diversos estudos e propostas têm considerado relevantes os valores biológicos, ecológicos e culturais da Ribeira do Almargem a nascente de Quarteira, sugerindo a sua classificação como área ambiental protegida. Contudo, passados 20 anos, não há ainda um instrumento seguro e eficaz para a sua conservação e promoção ambiental.
Dos instrumentos de ordenamento que se referem à área em causa, podemos destacar:

i) O Plano Director Municipal de Loulé, de 1995, considera a Foz da Ribeira do Almargem como "zona de protecção florestal e reserva ecológica nacional" enunciado que foi legitimado pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve), de 2007.

ii) O Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Vilamoura - Vila Real de Santo António, de 2005, integra no seu Regulamento, a Foz do Almargem na subcategoria de "Área Complementar de Conservação da Natureza". O Resumo Não Técnico esclarece, no seu ponto 4. que estes Espaços Naturais, consagrados no artº 21º do regulamento, são áreas "muito

condicionadoras, nomeadamente para a implantação de construções e actividades (recreativas e culturais)."

iii) Acresce a estes instrumentos, o facto de a ARH (Administração da Região Hidrográfica) do Algarve - entidade responsável pela implantação do POOC em análise, estar a concretizar o Projecto dos Corredores das Zonas Húmidas entre a Lagoa dos Salgados/Albufeira e a Lagoa do Garrão/Loulé (que inclui a Foz do Almargem), o qual pretende desenvolver acções de preservação e de gestão activa destas áreas.

2. Não se devem ignorar os diversos interesses imobiliários que pendem, desde há muito tempo, sobre os principais terrenos da Foz do Almargem e que mantém sucessivas propostas urbanísticas que não consideram os valores fundamentais daquele espaço natural.

3. Em debate público realizado em Quarteira em 27 de Outubro de 2009, o Presidente da Câmara Municipal de Loulé declarou que, de acordo com os instrumentos de planeamento em vigor, "não há qualquer possibilidade de construção naquela zona". Nessa mesma sessão, os presidentes da Junta de Freguesia de Quarteira e da Câmara Municipal de Loulé pronunciaram-se publicamente a favor da defesa daquela zona húmida do litoral de Quarteira, considerando-a como "pulmão verde da cidade" e "com valores naturais e construídos que interessa preservar".

4. Para o Bloco de Esquerda é claro que os instrumentos de ordenamento e de planeamento, identificados atrás, não serão nunca suficientes para impedir a degradação da Foz da Ribeira do Almargem, dado que apenas prevêem boas intenções de conservação e pequenas intervenções desarticuladas e de visão parcelar conservacionista. Por outro lado, não nos parece seguro que os mesmos instrumentos se possam opor à profusão de mais projectos imobiliários que, paulatinamente, vão estrangulando a lagoa da Foz do Almargem.

5. Assim, consideramos que a melhor solução, para defender e valorizar a área em causa, deve assentar numa proposta de classificação da Foz da Ribeira do Almargem como ´"área protegida de âmbito local", de acordo com

o previsto no artigo 15º do regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade (Decreto-Lei nº 142/08 de 24 de Julho), podendo assumir qualquer das tipologias previstas no seu artigo 11º n.º4.

Por aquilo que atrás se enunciou, o Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Loulé aprove a seguinte recomendação à Câmara Municipal de Loulé:

1. Dados os valores ambientais considerados na área da Foz da Ribeira do Almargem e dadas as condições propícias à sua classificação, o novo Plano Director Municipal de Loulé, em revisão, deverá conter uma menção explícita ao interesse de protecção da Foz da Ribeira do Almargem, no quadro do regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, atrás enunciado.

2. Para esse efeito deve ser estimulada a participação da população nesta discussão, para que, em conjunto com as entidades interessadas, se encontre a melhor solução para a defesa e requalificação desta pequena área húmida do litoral da freguesia de Quarteira.

O deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Carlos José da Silva Martins

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu a palavra à senhora **1.ª secretária Manuela Tenazinha (PSD)**, que passou a fazer a leitura da Moção apresentada pela Bancada do BE:

Moção

A rejeição das portagens na Via do Infante

"Como é do conhecimento público, o governo do Partido Socialista decidiu impor a cobrança de portagens na Via Longitudinal do Algarve/Via do Infante/A22, a partir do próximo dia 15 de Abril. Sob a desculpa do

princípio da universalidade, o Partido Social-democrata veio concordar com esta medida.

Contrariando todas as promessas feitas durante a campanha eleitoral, o governo do PS vem impor aos algarvios e utentes da Via do Infante mais um imposto, que irá sobrecarregar todos os trabalhadores e empresários que se deslocam para trabalhar, criando uma situação de estímulo ao fecho de muitas pequenas empresas e ao aumento de desemprego que pode atingir, neste primeiro trimestre, cerca de 15% da população activa no Algarve.

Ao mesmo tempo, a intenção de portajar a Via do Infante irá criar um efeito dissuasor à entrada de turistas nacionais e estrangeiros na região, sobretudo os espanhóis que utilizam a ponte internacional do Guadiana, o que implicará um declínio da actividade turística do Algarve, o seu principal suporte económico e social, e por conseguinte acrescentará à actual crise uma situação de desespero.

Acresce ainda, que as portagens na Via do Infante irão obrigar à transferência de tráfego para a EN 125, criando uma situação de caos na mobilidade regional, pois é sabido que aquela não é mais do que uma rua litoral de permanente atravessamento rodoviário e pedonal e não constitui qualquer alternativa à Via do Infante. Mais grave ainda, a EN 125, todos o sabemos, é uma das vias mais perigosas do país, tendo já nestes dois meses de 2011 ultrapassado os maiores níveis de sinistralidade de sempre. O aumento de tráfego na EN 125 acrescentará mais mortes à morte.

No Algarve, a partir da iniciativa da Comissão de Utentes da Via do Infante, foi possível criar uma plataforma de entendimento alargada contra a introdução de portagens na Via do Infante, composta ainda pelas cinco principais associações empresariais, pelas duas organizações sindicais e pela AMAL que, em conjunto, apresentaram um manifesto de consenso (que se anexa a esta moção) e organizaram um fórum de debate no passado dia 19, em Loulé. Tanto para os técnicos que apresentaram estudos, como para os deputados, dirigentes associativos e outros cidadãos presentes, foi claro que a introdução de portagens na Via do Infante irá agravar as já difíceis

condições de vida dos algarvios e que, por isso, em nome da singularidade do Algarve o governo deveria recuar na concretização desta injustiça.

Assim, a Assembleia Municipal de Loulé, reunida em sessão ordinária no dia 25 de Fevereiro de 2011 vem, de forma categórica e veemente, **rejeitar a introdução de portagens na Via do Infante**, que, a serem aplicadas, prejudicarão gravemente as populações e a economia da região, em particular os trabalhadores e as empresas, agudizando a situação de grave crise que se abateu no Algarve.

Que esta Moção seja dada a conhecer ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro, ao Ministro das Obras Públicas, ao Presidente da Assembleia da República, ao Presidente da Comunidade Intermunicipal do Algarve, aos Grupos Parlamentares, aos presidentes de Câmara e Assembleias Municipais do Algarve e aos órgãos da comunicação social.

O deputado municipal do Bloco de Esquerda

Carlos José da Silva Martins.

O senhor **Presidente da Assembleia** disse, que estavam portanto apresentadas a Moção e a Recomendação para intervenções. A Mesa aceitou inscrições e foi dada a palavra ao **senhor deputado Carlos Martins:** --------

---

- Sobre a Proposta de Recomendação da Foz do Almargem:----------

---

Esta proposta foi entregue para discussão na última Assembleia devidamente fundamentada com a documentação anexa e o Decreto-Lei também. ----------

O objectivo principal desta proposta era de garantir que a Câmara de Loulé, manifestasse o seu interesse no quadro da revisão do PDM de garantir afectação da área para eventual futura classificação ambiental, neste caso seria reserva de âmbito local. Assim, não se está a propor nenhum tipo de classificação que deverá ser analisada em trabalhos futuros, mas sim aproveitar uma oportunidade que pode ser perdida e adiada para o próximo PDM daqui a dez anos se não for aproveitada agora. ----------

Apesar de existirem medidas ténues de protecção, a Foz da Almargem não tem protecção considerável e a prova é o estado de abandono do local. Dados os valores culturais e ambientais em presença é fundamental uma atitude proactiva da Câmara e da sua Divisão de Ambiente e equipamentos urbanos, que agrega as acções potenciais da região hidrográfica e do ICNB, previstas para a área em causa.----------
Seria junto que os trabalhos de revisão do PDM pudessem proporcionar uma participação das populações locais no caso da Foz do Almargem, seria interessante o desenvolvimento de acções educativas sobre a importância da biodiversidade, sobretudo nas escolas que permitissem um melhor conhecimento e defesa do local. Nós somos pela democracia participativa e achamos que as populações devem participar em tudo aquilo que lhes diz respeito.----------
Não indicamos nenhuma área em concreto, achamos que realmente esta primeira fase é aproveitar a revisão do PDM para que fique perfeitamente definida naqueles espaço a reserva de âmbito local. Julga-se que a área deve abranger toda a bacia da Foz da Almargem, assim como as manchas de pinheiro existente na zona envolvente. ----------
Nós estamos perfeitamente de acordo com aquilo que o senhor Presidente de Junta de Quarteira disse na altura; a Foz da Almargem é a parte que resta do pulmão verde de Quarteira e que não pode ser desperdiçado de maneira nenhuma nem ocupado por outra natureza que não seja proporcionar uma qualidade de vida melhor para todos que lá vão. Obrigado.----------
---

Interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, e disse:----------
- Senhores deputados, sobre esta proposta de recomendação em concreto, sobre a moção falaremos noutra intervenção, quero dizer que esta proposta já tinha sido entregue numa outra Assembleia. Aliás, estranhamos que não tivesse sido agendada na ordem de trabalhos, porque isso poderia ter sido feito. Quero dizer que nós, em princípio, partilhamos praticamente todas as preocupações que o Bloco de Esquerda aqui enuncia, aliás acredito que a esmagadora maioria dos membros da Assembleia Municipal e os do Executivo Municipal, também partilham de grande parte dos princípios que constam da Moção escrita e deste acrescento que o senhor deputado Carlos Martins agora aqui nos veio trazer. Na ultima Assembleia Municipal, apesar

da proposta de recomendação ter entrado muito em cima da ordem dos trabalhos, daí não ter sido possível discuti-la, colocamos desde logo uma questão que era para nós extremamente relevante, que era o facto de na Moção não estar clara a concretização daquilo que é a Foz do Almargem para o Bloco de Esquerda, no âmbito desta Moção.----------
---
O senhor deputado Carlos Martins vai agora um pouco mais além e ajuda-nos a percebermos o seu objectivo. Se bem que, quando ele diz que não apresenta nenhuma área em concreto e mais à frente diz "pretende que fique perfeitamente definido" estas duas coisas não são assim tão conciliáveis quanto isso, no entanto quero dizer que o grupo municipal do PS, atendendo ao espírito da Moção e ficando muito claro que a delimitação desta eventual zona de protecção da Foz do Almargem, a classificar como reserva local, se eu bem percebi, na concretização hoje feita pelo senhor deputado Carlos Martins, esse princípio merece o nosso apoio. Agora podemos, e reservamos o direito de relativamente aquilo que é a delimitação em concreto do que é a Foz do Almargem, de termos uma interpretação diferente da do Bloco de Esquerda e uma vez que ele não a concretiza, não vemos objecção a votarmos esta Moção favoravelmente, tendo obviamente isto presente.----------
---

Interveio o senhor **deputado Hélder Martins (PSD)**, e disse:----------
- Da parte desta bancada não vemos objecção a que se iniciem e desenvolvam trabalhos nesta matéria. Colocou-se uma questão, porque estavam a decidir e a intervir sobre um terreno, que tem um proprietário ou muitos proprietários e sabemos como é que isto funciona, aliás temos a experiência das áreas protegidas da Fonte da Benémola e dos sítios classificados da Fonte da Benémola e da Rocha da Pena, onde a primeira objecção que há é que foi feito sem a participação dos proprietários e o que se verificou foi, de facto, um constante abandono da zona.
Aqui é evidente que nenhum de nós é suficientemente inocente para pensar que estes terrenos não foram comprados com expectativas imobiliárias e é evidente que essa é uma primeira questão, não sendo o terreno público, e não creio que haja hoje dinheiro para o expropriar, pelas entidades que

seriam, em princípio, responsáveis por essa matéria a nível nacional, não acredito que o façam.----------
Perguntava ao deputado Carlos Martins, se isto não se enquadraria melhor eventualmente no artigo 21º, que são áreas protegidas de estatuto privado, mas repetindo, estamos de acordo que, de facto, e como disse o deputado Hugo Nunes, não havendo aqui questões muito concretas, nomeadamente de limitação, estamos a falar da Foz do Almargem, mas já se falou dos pinhais à volta também. Acho que, como recomendação desta Assembleia e numa altura em que se está a rever o PDM, estamos e acordo com esta matéria, como a necessidade de protecção e a necessidade de criar este tampão. ----
---
É evidente que a situação económica hoje não o permite, porque senão poderíamos, nomeadamente, há alguns promotores na zona, que seriam talvez os principais beneficiados com isto. Muito próximo, como se sabe, há algumas expectativas de grandes investimentos imobiliários, que seriam os parceiros ideais para investir na preservação e na recuperação disto. Hoje, se calhar, não sabemos sequer se eles vão avante com o projecto, quanto mais com uma comparticipação destas, mas termino dizendo que nós estamos de acordo e reservamo-nos para posteriores comentários quando se aprofundar esta questão. Muito obrigada.----------
---

Interveio o senhor **Deputado Pedro Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente)**, e disse: ----------
-"Trago duas preocupações aqui à Assembleia, que não têm a ver com as moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda. ----------
Em primeiro lugar, queria sensibilizar o Executivo da Câmara Municipal e fazer uma pergunta, pôr uma questão sobre o palácio dos Gama Lobo. Há cerca de três, quatro ou cinco anos, o tempo passa tão depressa, por solicitação da Associação Amigos de Loulé e do grupo Folclórico Infantil de Loulé, fui convidado para verificar as condições em que aquela Associação reunia e estava a trabalhar e onde guardava o seu já valioso espólio que concerteza a Exma. Câmara conhece.----------
Aquilo actualmente não tem e o senhor Presidente e Vice-presidente concerteza sabem que actualmente não tem condições para que as pessoas

daquela associação essencialmente formada por crianças ali possam desenvolver qualquer actividade.----------
Tive a oportunidade de verificar após estes quatro ou cinco anos, quando há duas ou três semanas me convidaram para lá ir outra vez, verifiquei que corremos o risco de que todos os bens e equipamento daquela associação, desde os trajes e vestuário, instrumentos, documentação, troféus, recordações, o historial da Associação, etc., correm o risco de desaparecer. O estado da estrutura que suporta os telhados, está-se a degradar e não há dúvida de que aquele é um edifício valioso. Ouvi da parte de responsáveis do executivo da Câmara Municipal, que havia alguma ideia, mas deixava esta questão e esta pergunta ao senhor Presidente da Câmara, se de facto aquela ideia que o próprio Presidente da Câmara, aqui há algum tempo me tinha dito, que estava preocupado com aquele edifício, se há intenção de pelo menos recuperar a cobertura daquele edifício. Esqueci-me de um pormenor, de que há quatro ou cinco anos, eu próprio aconselhei os dirigentes que solicitassem uma reunião com a Câmara Municipal e questionassem se poderia haver algum outro espaço como alternativa para que eles pudessem ensaiar. Entretanto para ensaiar, vão-se desenrascando no pavilhão gimnodesportivo. Mas, senhor Presidente é assustador como aquela cobertura está, que pode ruir a todo o momento e os dirigentes actualmente não têm coragem, têm mesmo receio e por isso não fazem reuniões nem recebem lá as crianças. Nesta situação gostava que a Câmara Municipal se preocupasse, para que nós tentássemos como alternativa, algum espaço para aquela Associação. A Junta de Freguesia lamenta, está a tentar também ajudá-los provisoriamente, mas tem sido difícil. Queria deixar aqui uma preocupação muito séria que temos na Junta de Freguesia de S.Clemente. Recebemos esta semana, a proposta de Contrato-programa para as Escolas e Jardins-de-infância. Verificámos com alguma estranheza, mas também a estranheza não é assim tanta já. Foram-nos retiradas dez salas de aula. Para as pessoas saberem, este contrato-programa é atribuído às Juntas de Freguesia mediante uma verba por sala, e por sala é uma verba considerável de 765€ que tem que dar para o ano inteiro.----------
---
Sempre considerei e os meus colegas das Juntas de Freguesia consideram esta decisão e estes contratos-programa das escolas muito injusto, porque uma escola não tem só as salas de aula, tem o edifício, tem o espaço

exterior, enfim, tem tanta coisa e ainda muitas vezes temos que ajudar também a aquisição de alguns materiais; mas estas dez salas que nos são retiradas do contrato-programa, são retiradas logo após a decisão política de fechar algumas escolas em S.Clemente, mas só que o que se verifica na prática é que todas essas escolas estão a funcionar.----------
Senhor Presidente, a Junta de Freguesia, não vai, mesmo que nos retirem esta verba, não vai deixar de proceder a algumas reparações que nos estão a pedir e também a algumas limpezas. ----------
Já fiz também notar ao senhor Vice Presidente da Câmara, na ultima reunião que tivemos, em que considero que tanto a Câmara Municipal como as Juntas de Freguesia, têm que se preocupar com os edifícios que forem encerrados, porque aquelas casas não podem ser a nossa vergonha! ---
Os residentes das zonas das escolas, já nos têm feito chegar algumas preocupações. Deixava só o seguinte: Não estaremos ainda a tempo de emendar este contrato-programa, porque as dez salas que nos são tiradas, à excepção do Poço da Amoreira, todas as outras ainda estão a funcionar".----
---

Interveio o senhor **deputado Carlos Carmo (PS),** que cumprimentou todos os presentes e questionou o Executivo Municipal sobre uma matéria que já foi aqui questionada por esta bancada várias vezes, que diz respeito à obra, que neste momento está parada, o Quartel dos Bombeiros de Quarteira. Já foi posta a questão várias vezes, sobre essa matéria e a resposta é sempre que a questão pode ser resolvida a breve trecho. O que esta bancada queria saber, obviamente, é se até esta data, já existe uma resposta ou solução e quais as datas previsíveis. ----------
---

Foi em seguida dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse:--
- Respondendo às questões que foram colocadas, focou a questão da proposta do Bloco de Esquerda, relativamente à questão da Foz do Almargem, não se vê qualquer obstáculo a que seja aceite, naturalmente, da forma como está feito. É uma proposta de recomendação para a fase de revisão do PDM e acho muito bem que assim seja e ainda por cima quando o PROT prevê o espaço natural de equilíbrio ambiental, que pode muito bem integrar uma estrutura ecológica municipal. Portanto, faz sentido que a

proposta seja considerada e que nesta fase de revisão do PDM, possamos levar em atenção aquilo que aqui nos é proposto. Pareceu que nesta matéria estão todos de acordo e depois será discutido em pormenor, alguns aspectos que possam surgir.----------
Relativamente à questão da proposta do bloco de Esquerda sobre a Foz do Almargem, estamos de acordo. ----------
---
Depois relativamente à questão que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente colocou, sobre a Associação dos Amigos de Loulé e à utilização de uma sala do Palácio Gama Lobos. A associação está a utilizar esta sala contrariando as indicações da própria Câmara, que não se responsabiliza pelas condições de segurança em que eles lá estão há dois ou três anos.----------
Já demos indicações que não existem neste momento condições de segurança para que a Associação dos Amigos de Loulé, continue a utilizar aquele espaço. Para ensaiar têm outro espaço, foi cedida uma sala por trás dos Espanhóis, que foi recuperada, e foi-lhes cedido precisamente uma dessas salas, para eles poderem ensaiar. O que eles têm lá é material, espólio e fazem lá as suas reuniões. Infelizmente a Câmara não tem condições para dar sedes a todas as associações que existem no concelho. São mais de cem as que existem no concelho e apoiamos a maior parte e esta também, porque consideramos que é muito importante para a cidade e para o concelho, mas não pode ficar exclusivamente dependente da autarquia, tem que haver aqui alguma mobilização da própria comunidade a ajudar a encontrar soluções para estes problemas. ----------
Pensamos que nada dificulta neste momento o exercício dos ensaios e da sua acção como grupo, o que neste momento é mais difícil, é efectivamente um espaço onde possam reunir, discutir os seus assuntos e guardar o espólio que lá têm e continuamos disponíveis para colaborar, para encontrar uma solução, mas como acabei de dizer e o senhor Presidente também reconheceu isso, não é fácil neste momento encontrar. São mais de cem associações e clubes existentes no concelho, todas eles muito dependentes da autarquia, a Câmara suporta e apoia não só nas sedes, nas instalações, mas também em deslocações, em equipamento e todo o mundo sabe e portanto esta tem sido uma dificuldade que nós temos. Não têm sido encontradas alternativas que nos venham propor, dizer "olhe senhor

Presidente, ou Exma. Câmara, nós encontramos um espaço em determinado sítio, no que é que a Câmara poderá participar para arrendar ou outra coisa qualquer?" Portanto nós estamos abertos a esse tipo de negociação, desde que seja identificada a alternativa. ----------
---

Interveio o senhor **Vice-presidente José Graça**, e disse que em relação às relação às escolas, o que foi feito com todas as Juntas de Freguesia foi reduzir o contrato programa e é de facto uma redução que se trata ao número de salas de aulas. Até este ano pagava-se outras salas que não salas de aulas e foi uniformizado este ano apenas pagar as salas de aulas e foi esse o tratamento que foi feito para as onze Juntas de Freguesia com reduções maiores ou menores e todos foram afectados, excepto aquelas freguesias que tinham apenas uma sala e que continuam a ter uma sala. Porquê? Porque pareceu-nos que era necessário de facto haver um critério mais definido, do que é que nós comparticipávamos e isto para quem recebe parece sempre pouco, porventura para quem paga é o contrário, acha sempre que é muito. Agora, só queria dizer aos onze Presidentes de Junta de Freguesia, que connosco através dos contratos-programa fazem um esforço conjunto, nós Câmara e Juntas de Freguesia para manter o nosso parque escolar e que sem margem para dúvidas o parque escolar do ensino primário e pré-primário é claramente melhor do que aquele que herdamos recentemente do Ministério da Educação e portanto esse esforço tem que ser reconhecido, é um esforço conjunto das Juntas e da Câmara, mas para além das verbas que transferimos para as Juntas de Freguesia, também nós Câmaras, fazemos algumas intervenções, não só fazemos a remodelação das escolas como fizemos, tem sido a terceira área de investimento ao longo destes nove anos, como fazemos ainda alguma manutenção mais pesada no período de Verão, temos feito pelas várias freguesias algumas intervenções. Mas parecendo pouco aquilo que é transferido para as Juntas de Freguesia, é tanto dinheiro quanto a Câmara recebe pela manutenção dos sete agrupamentos escolares até ao nono ano do Ministério da Educação, Parece pouco, mas é o equivalente aquilo que a Câmara recebe para a manutenção dos sete agrupamentos escolares. Quem recebe acha sempre pouco o senhor Presidente de Junta Pedro Oliveira, disse aqui uma coisa que mesmo que se não for corrigido e não irá ser corrigido, isso está decidido, é as salas e aula

e não outras salas, que não deixará de fazer aquilo que deve fazer nas salas de aulas e não precisa de inventar dinheiro. É só afectar dinheiro da rubrica obras do contrato-programa de obras com a Câmara Municipal de Loulé e se achar que essa intervenção que tem que fazer para além destes 765 € por sala de aulas, é mais prioritário do que outras coisas, é só pedir à Câmara Municipal de Loulé e haverá uma transferência do valor de obras para escola. Reduzindo o investimento nas outras obras, pode fazer a manutenção que entender nas escolas. Agora tem é que gerir de facto os valores do contrato-programa naquilo que foi aprovado e naquilo que foi transmitido a cada um dos Presidentes de Junta. Portanto será simples essa equação, desde que seja essa a prioridade da Junta de Freguesia de S.Clemente a que não haja nada a opor. ----------

Em relação ao Quartel dos Bombeiros de Quarteira, finalmente há uma resposta que não é a mais agradável, porque vamos ter que deixar cair o concurso e fazer novo concurso, mas talvez seja por uma boa razão. Foi proposto pelo Ministério da Administração Interna e que teve o acolhimento nosso a possibilidade de criar uma base de apoio logística no Algarve e que ficaria situado no concelho de Loulé e ficaria situado no futuro Quartel de Quarteira e portanto essa definição da base de apoio logísticas chegou muito recentemente à Câmara, apesar de ter havido uma expectativa de poder se chegar ainda no ano passado a definição do que é este equipamento e de facto não é possível dentro das novas regras hoje da gestão das empreitadas que é não ter de facto custos a mais significativos, não é possível de facto enquadrar a obra que estava em curso com esta nova exigência e portanto já estamos a mudar o projecto e vamos de facto ter que rescindir neste caso com uma empresa que entrou em falência, mas vamos ter que resolver o problema do contrato que temos com a empresa Habipro e fazer novo concurso para tornar possível o Quartel dos Bombeiros como estava programado e também esta base de apoio logístico que para além de vir a ter no futuro o centro distrital em permanência poderá ser a base de apoio, oxalá nunca fosse preciso, mas se calhar vai ser de um grande incêndio que haja no Algarve que outros bombeiros possam vir de outras regiões e que tenham um espaço de acolhimento. Portanto esta base comportará até cem dormidas, e portanto diria que há aqui algum atraso em relação a dar continuidade ao processo, mas se calhar é por uma

boa razão, e por uma razão que seguramente reforçará os meios de resposta em termos do concelho e do Algarve. ----------
Temos mais duas empreitadas, onde esta situação vai ter que ser colocada por falência de empresas também, que é o depósito de água de Salir, que também por falência da empresa não foi possível concluir e a estrada de Alte para Esteval dos Mouros e Monte Brito por falência da JAOB. Aqui não é falência ainda, ainda não foi decretada, mas é uma empresa que há vários meses não está em obra, estas são as três situações entre outras que já tiveram de ser resolvidas no passado, mas estas são as três situações em que por falências de empresas de facto temos que encontrar outras soluções, e era tudo. ----------
---

Interveio o senhor **deputado Pedro Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente)**, e disse, que aceitava tudo o que tinha sido exposto, mas que o Sr. Vice-presidente sabe o esforço que nós temos feito e que sempre colaboramos. Basta dizer que a Junta de Freguesia não tem nenhum funcionário pago pela Câmara Municipal de Loulé. Faz-se também um esforço considerável para ajudar também o esforço que a Câmara está a fazer. Deve ter havido uma informação menos correcta ao senhor Vice-presidente, da parte da Divisão de Educação, porque o Poço Novo, a Goldra e Clareanes, continuam a funcionar como escolas, têm crianças e têm professores colocados e continuam a funcionar como salas de aula. ----------
---

A palavra foi dada ao **senhor Vice Presidente, José Graça**, que disse que gostaria de clarificar, se há mais salas de aula, só tem que se corrigir o contrato-programa, só pagamos é salas de aula . Essa informação não tenho e então só temos é que corrigir. Se são salas de aula, corrigir-se-á concerteza.----------
---

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado João Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil). ----------

---

Interveio o senhor **deputado João Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil),** que disse subentender que estavam, neste período, a discutir as 2 Moções. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia,** disse que como estamos no Período de Antes da Ordem do Dia, nuclearmente temos 2 Moções, mas temos outros temas, eles já foram todos apresentados e agora regressamos às Moções.

Interveio o senhor **deputado João Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil)**, que agradeceu o esclarecimento. ----------
---

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, que disse, que a ordem do dia tem um ponto único que é a Apreciação da Actividade Municipal, portanto neste ponto único, julgo que, todas estas questões de perguntas ao Executivo, de pedidos de informações, poderiam ser transferidos para esse ponto de ordem de trabalhos e que realmente discutiram a primeira proposta de recomendação e depois a votação e passariam à discussão da outra e assim sucessivamente. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia,** disse que estavam em sede de discussão e de posterior votação de Moção e da Recomendação. ----------
---

Interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, e disse que tinha percebido que o deputado Carlos Martins, pedia já a votação da Moção da Almargem. --

O senhor **Presidente da Assembleia,** colocou à votação a Moção de recomendação, e foi aprovada por unanimidade. ----------
---
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, Disse que esta Moção (portagens) é a uma Moção mais do que espectável, totalmente previsível, porque esta é uma moção sobre um tema que tem estado na agenda regional.

Que o grupo municipal do PS, como aliás o próprio Partido Socialista, tem sobre esta questão uma posição de grande coerência. Foram no passado contra a introdução de portagens na Via do Infante, são no presente contra a introdução de portagens na Via do Infante e é de acordo com isto que nos posicionaremos. No entanto esta Moção, na forma que está escrita, até reúne condições para obter o nosso voto favorável, desde que a realidade factual seja reposta, e a realidade factual para ser reposta só será reposta se o primeiro parágrafo for alterado. É que, se calhar, com alguma pressa para escrever o 1º parágrafo, inverteu-se a ordem dos factos e até os próprios verbos foram alterados. Portanto no primeiro parágrafo, diz o Bloco de Esquerda, que :----------

"O Governo do PS decidiu impor a cobrança de portagens na Via Longitudinal do Algarve – Via do Infante, a partir do próximo dia 15 de Abril, sobre a desculpa do princípio da universalidade, o PSD veio concordar com esta medida."----------

Achamos que o Bloco de Esquerda confundiu as coisas, porque como todos nós tivemos a oportunidade de assistir e porque foi tema de debate nacional durante muito tempo, alguns membros desta casa, tiveram oportunidade de assistir a este debate durante muitos anos por força de outras funções que desempenharam. Aconteceu que o PSD decidiu exigir que o Governo aceitasse cobrar portagens em todas as vias SCUT, o que o PS não queria fazer, nomeadamente na Via do Infante, que é o caso que está em análise, e que o PS aceitou fazê-lo pelo voto que o PSD teve no orçamento. ----------

---

Esta pequena alteração repõe a factualidade da Moção e reúne condições para que este Grupo Municipal aceite votar uma Moção que diz que o Governo do PS vem impor aos algarvios e utentes da Via do Infante mais um imposto.----------

Aqui pedíamos também um pequeno preciosismo, é que em bom rigor não e um imposto e diz-se "mais um imposto".----------

---

Interveio o senhor **deputado Hélder Martins (PSD)**, e disse que o Governo está-se simplesmente borrifando para o que dissermos sobre isto, e portanto votamos, com as desculpas ao senhor deputado do BE, isto servirá para uma nota de imprensa e não serve rigorosamente para mais nada, porque este Governo faz o que quer.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse, que há réplicas e tréplicas, até porque também na intervenção do senhor deputado Hugo Nunes ouvi bem, houve uma referência a pessoas que participaram em debates disto até no âmbito nacional da Assembleia da República, que era um convite para que ele próprio também dissesse algo sobre a matéria, coisa a que não me escusarei, mas dentro da lógica das intervenções, o senhor deputado Carlos Martins, como autor da Moção terá a palavra e depois seguir-se-á uma segunda ronda de intervenções, em que se Vexas não virem inconveniente eu próprio me incluirei. ----------
---

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, e disse que os termos do português, cada um a escrever, escreve como entende. Isto transcreve aquilo que sentem, mas não foi o Bloco de Esquerda que escreveu, foi o que os empresários algarvios escreveram, foi o que escreveu o Presidente da AMAL (que é do PSD), foi subscrito por muitos militantes do PS que apoiam a moção e são contra as portagens por coerência política. Acho bem que haja alguma coerência política, senão não valerá a pena a gente andar nesta vida. ----------

Tive a preocupação de mandar a proposta antecipadamente para os líderes das bancadas, para que pudessem analisar a Moção e alterassem, para que não fosse uma Moção do BE, mas sim uma Moção conjunta dos Grupos Políticos. ----------

Portanto o Bloco de Esquerda apresentou isto, mas não há necessidade de fazer promoção disto porque a promoção está todos os dias aí nos jornais e o Dr. Macário Correia não tem feito outra coisa que não seja falar todos os dias sobre isto na imprensa. ----------
---

O que é notório, já vimos que vai ser portajada, já vimos que a partir do dia 15 de Abril a intenção do Governo se mantém. Vem com umas nuances da criação de umas isenções que ninguém sabe o que é que é. ----------
Tive a oportunidade de estar neste Fórum que foi no Sábado, aliás estavam muitas pessoas presentes, que apresentaram questões sobre os carros da rent-a-car e ninguém soube descobrir como é que um turista chega ali ao aeroporto e depois entrega o carro e depois tem que se pagar aquilo e depois como é que paga? Portanto está tudo indefinido e mais vale parar tudo, até que a N125 esteja requalificada, foi isto que este Governo disse, então sim havia condições na óptica deles, para que se pudesse pagar as portagens na Via do Infante. Julgo que realmente o primeiro parágrafo, traduz realmente aquilo que foi, o PSD nacional exigiu que todas fossem portajadas como princípio, só que realmente no Algarve julgo que é como a tal história há pouco, a dos parquímetros. Não sei se a receita que é gerada pelas portagens vai ser muito maior para cobrir a perda de receitas no turismo no Algarve, isso realmente é que é grave! Este Algarve funciona essencialmente do turismo, e não é só este Algarve. Dá a impressão que quem perde são os algarvios. Dá a impressão que toda a receita gerada do turismo aqui é para "nós", como os moços de Lisboa dizem é para os algarvios. O que é certo é que esta redistribuição da riqueza não é equitativa, nós produzimos mas ela não é toda distribuída aqui. Portanto eu julgo que há razões para que se mantenha a Moção tal e qual como está, porque é a verdade o que está aqui, mas se quiserem alterar aqui uma vírgula ou um parágrafo, não vejo nenhum problema nisso.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse que íamos prosseguir ouvindo mais intervenções. Eu próprio me inscrevi e portanto, se me permitirem, di-lo-ei já em duas linhas. ----------
A primeira é que subscrevo aquilo que o senhor deputado Hélder Martins referiu. Esta Moção é pura retórica política e com o devido respeito, trata-se de um aproveitamento político do BE que quer entalar os demais partidos, na circunstância o PS e o PSD, com um parágrafo que, do meu ponto de vista, é totalmente absurdo e que não corresponde à verdade. ----------
---

Em segundo lugar, gostaria de dizer e é uma opinião pessoal, que considero que aquilo que hoje impende sobre a Via do Infante e esta imposição das portagens, resulta de uma decisão completamente errada, estrategicamente errada, tomada pelo então Ministro João Cravinho que encheu o país de auto-estradas inúteis, cujo peso financeiro é de tal modo elevado, que as circunstâncias obrigaram, de uma maneira completamente errada do ponto de vista da justiça, a fazer com que uma auto-estrada que já foi paga há vinte anos, volte a ser paga. Esta é uma opinião pessoal que eu gostaria de deixar aqui, até porque como fui solicitado para a apresentar, digo com a mesma convicção com que a disse há uns anos atrás e era isto que gostaria de dar com o meu testemunho pessoal. ----------
---

Em seguida interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, Registou a coerência da posição do senhor Presidente. Que fique registada a coerência da posição que nos acabou de transmitir porque ela é coerente com as posições que teve no passado.----------
No entanto senhor deputado Hélder Martins, com a sua intervenção tenho que discordar em tudo, porque não me parece que este órgão deva ser tratado da forma que o senhor aqui o tratou. Praticamente o que disse foi que "isto é tão tarde e os senhores agora vêm-nos chatear com isto que não serve para nada". Não me parece que essa posição seja saudável, mas é uma opinião e é minha, aqui fica, o senhor terá a sua, os outros membros desta casa terão também as suas. ----------
Relativamente às outras questões que coloca, e aí já elas se confundem também com o que diz o deputado Carlos Martins, é que as palavras aqui não são irrelevantes, porque a verdade é aquela que a nossa memória guarda e a que todos nós assistimos. Há uns que têm uma memória mais curta e outros uma memória mais longa. Mas não quero crer que a sua memória seja assim tão curta, porque o senhor assistiu, como nós assistimos, a nível nacional este tema ser ordem do dia durante muito tempo e ficou aí claro quem é que exigia pelo princípio da universalidade, que a Via do Infante tivesse portagens e quem é que defendia o contrário, a manutenção da isenção das portagens nalgumas Scut's nomeadamente na Via do Infante. Isso foi claro e não corresponde em nada ao que aqui está escrito, porque o que aqui está escrito não é só uma questão de português, é que está aqui a alteração da

ordem dos factores e dos acontecimentos, não são só os verbos que estão trocados são os adjectivos. É que a própria ordem pela qual o senhor apresenta aqui a contextualização, está errada, é mentira o que aqui está senhor deputado. Este parágrafo não é verdadeiro e isso, pelo menos para mim, não é irrelevante. Não há motivo nenhum que me possa fazer subscrever um texto que sei que não corresponde à realidade. Podia ser a opinião, interpretação, mas é que não é. Os factos são conhecidos de todos, não há uma pessoa nesta sala que não tivesse visto na televisão este debate a ser feito a nível nacional e concerteza que a memória de todos é suficientemente boa para guardar a ordem pela qual as posições foram tomadas e foram assumidas, foi verdadeiramente aquilo que aconteceu.------
Portanto volto a reiterar o convite, para que o Bloco de Esquerda possa rever este parágrafo e se o fizer, nós estamos concerteza disponíveis para votar a favor desta Moção. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia,** disse que devemos procurar organizar-nos, e não eternizar este debate, porque como já foi sublinhado, todos nós temos opiniões mais do que definidas e estamos em condições de votar de imediato. Portanto, como compreenderão, a mesa dará um tempo muito limitado e para declarações muito curtas, até porque os senhores deputados se quiserem em sede de votação podem exprimir declarações de voto, que porventura será a melhor maneira de deixar escritas, porque declarações orais leva-as o vento, mas aquilo que fica escrito, pelo menos é um testemunho irrefutável. ----------
Dito isto, foi dada a palavra ao senhor deputado Mário Botelho do PSD.-----
---

Interveio o senhor **deputado Mário Botelho (PSD)**, disse que é consensual, a opinião de todos os partidos no Algarve, que não deva haver portagens na Via do Infante e se é para o PSD Algarve ou para o PCP Loulé, seja outro município. Penso que é consensual e que portajar a Via do Infante não é certamente uma boa medida e terá impacto quer no turismo, quer para as empresas e para os cidadãos. Todavia é necessário repor a verdade e quando digo repor a verdade, é fazer uma retrospectiva à implementação das Scuts

porque quem as fez, na altura que foi feita, e o modo ou o lema com que foram feitas.----------
Como disse o Presidente da assembleia, ela foi feita pelo nosso conterrâneo João Cravinho, Ministro do Equipamento Social do PS, sobre uma égide do estado social.----------
Este foi um mote do nosso Ex-1º Ministro António Guterres no qual as Scuts não eram nunca portajadas. Entretanto sabemos depois que estas Scuts custam ao Estado 700 milhões de euros por ano e neste mundo não há almoços grátis. Já sabemos que elas vão ser pagas de duas formas, ou via orçamento ou via utilizador/ pagador e este tem sido o raciocínio do PSD, porque não tem razão, não há explicação possível que todos paguemos as auto-estradas. Quem utilizar terá que as pagar, obviamente. Caso contrário, pagarão os que têm carro, pagarão os algarvios, pagarão os minhotos, pagará toda a gente.----------
Portanto a regra da universalidade e a regra do utilizador-pagador sempre foi aquela sustentada pelo PSD. Depois do nosso amigo António Guterres ter deixado o partido, veio o Durão Barroso e pensou-se utilizar a regra do utilizador-pagador. O que é que aconteceu, as nossas avós e tios do PS, a dizer que o PS ia acabar com o estado social e o PSD teve que retroceder na medida. É estranho que agora se inverta a verdade e que se venha dizer que é o PSD que quis portajar. Quem nunca quis utilizar essa metodologia foi o PS, porque o PSD sempre achou que esta era a medida equitativa. Mas vejamos, o que estamos aqui a falar claramente é algo que não tem nada a ver com uma SCUT, estamos a falar da Via do Infante e esta não reúne condições técnicas, nem foi concebida dessa forma, daí que existam excepções e no caso da Via do Infante, nunca poderia ser portajada como outra SCUT. Daí que o PSD tenha critérios diferentes, o PSD no Algarve tem uma posição clara no Algarve, quanto a esta matéria. A Via do Infante pelo facto de não reunir as características técnicas e pela maneira como ela foi concebida, não deve ser portajada e daí penso que é uma posição unânime, de toda a gente. Esta medida tomada pelo PS será uma medida que irá, certamente, prejudicar as empresas, prejudicar o turismo e prejudicar o desenvolvimento económico do Algarve. ----------
---

Interveio o senhor **Presidente da Câmara**, e adiantou que era para complementar a informação sobre o que se passou relativamente a esta matéria e também para dar a minha opinião sobre um aspecto que para mim é fundamental e que aqui não foi abordado, relativamente ao impacto das portagens para o nosso concelho, não só para a região, mas para o nosso concelho.----------

Como aqui foi muito bem dito, ontem tive oportunidade de ter uma reunião com o senhor Secretário de Estado das Obras Públicas que convocou para essa mesma reunião no dia a seguir a ter aceite e marcado uma reunião com a plataforma que está a tratar dos assuntos das portagens, o que para mim foi estranho. Em dois dias seguidos e depois de muitos meses de aguardar, através da AMAL, pela marcação da reunião, em dois dias seguintes tenho duas reuniões com o senhor Secretário de Estado sobre o mesmo tema. Mas foi-me explicado porque é que isto era assim, a primeira foi em resposta à reunião solicitada pela AMAL e mais a plataforma com as Associações Empresariais e a segunda foi uma reunião como Presidente da Câmara Municipal de Loulé, o que demonstra que havia aqui assuntos a tratar especificamente e na minha viagem para Lisboa pela manhã, verifiquei que já estavam feitas as "chapatas" de cimento para a colocação dos pórticos, e eu fui a Lisboa ontem para dar a minha opinião sobre a localização dos pórticos, o que é extraordinário! ----------

Foi isto que lá fui fazer, mas foi-me afirmado pelo senhor Secretário de Estado, que havia possibilidade, se fosse caso disso, de colocá-las noutro lado. Havia uma condição essencial, é que o concelho tinha que ter um pórtico e na opinião do senhor secretário de Estado, dos técnicos que propuseram a alteração, a melhor localização é aquela perto do Areeiro, entre o nó Loulé-Sul e o nó Loulé-Centro, é onde vai ficar o pórtico do concelho de Loulé.----------

Tentei demonstrar ao senhor Secretário de Estado, que esta localização é extremamente penalizante para o concelho de Loulé, desde logo porque vai penalizar e aumentar o fosso entre os que vivem no litoral e os que vivem no interior.----------

Esta é uma barreira, para quem diariamente vem de Querença, de Salir, de Alte, que chega à entrada de Loulé e apanha a variante para Quarteira. Aliás, essa foi uma das razões pela qual o Governo nunca quis participar financeiramente na Circular Sul de Loulé, argumentando que a Via do

Infante, era a nossa circular sul, e hoje basta nós irmos para lá de manhã ou ao fim do dia, para verificar a quantidade de trabalhadores que utilizam a Circular Norte de Loulé, apanham a variante para Quarteira, depois apanham a Via do Infante e vão para Faro. ----------
Portanto esta é, efectivamente, extremamente penalizante para o concelho de Loulé. Tentei demonstrar isso ao senhor Secretário de Estado, ele não entendeu assim. Talvez não conheça a realidade do concelho e ainda mais se nós pensarmos que, futuramente, como todos esperamos e acreditamos, apesar de tudo, vai ser construído o Hospital Central no Parque das Cidades, em que vai haver um fluxo cada vez maior de pessoas. Pensa-se mais nos residentes a norte da cidade de Loulé, porque são aqueles que nós queremos manter a viver no interior, porque senão qualquer dia não temos ninguém a viver no interior, a desertificação vai ser terrível, porque as pessoas vão deixar de viver lá, vêm viver para o litoral precisamente para outros sítios abandonando as suas casas e os locais onde sempre viveram, precisamente porque estão a ser criadas condições de barreira, de dificuldade, de obstáculo para aqueles que vivem no interior do concelho e estamos a criar uma região cada vez mais a duas velocidades. Esta é a minha opinião pessoal. Foi isso que transmiti, penso que sem qualquer efeito e só há uma situação que poderá atenuar o efeito deste pórtico naquela localização. Essa meus amigos, quer queira, quer não queira, o que é difícil às vezes reconhecer é a capacidade de visão de antecipação que nós tivemos, quer neste Executivo, quer nos executivos aos quais tive a honra de presidir, que tiveram essa visão quando decidiram fazer a requalificação da 125-4 entre Loulé e o Parque das Cidades. Essa sim, poderá ser uma alternativa a quem vem do interior, poder utilizar a nova estrada que nós estamos a arranjar para apanhar então o Hospital e Faro sem passar pela Via do Infante.----------
-------Sou contra as portagens naturalmente, como todos, e não vale a pena estar aqui a falar mais sobre o leite derramado, ninguém se importa connosco, com os Algarvios, com esta situação. Não temos peso político para representar e reivindicar em Lisboa, esta é a realidade dos factos. Por nossa culpa também, naturalmente, dos partidos todos e particularmente daqueles que têm mais responsabilidade nesta matéria. Não tenho qualquer problema em tomar uma posição contrária aos dirigentes do meu partido, eles não representam o Algarve, provavelmente só cá vêm passar férias. Portanto era só isto que queria dizer para acrescentar e para dar mais uma

achega da minha posição relativamente a esta matéria e dos trâmites que foram feitos até agora.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, questionou o senhor deputado Carlos Martins, preponente da Moção, se tem alterações ou se tem resposta relativamente a alterações que foram suscitadas. ----------
---

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, Disse que para ultrapassar esta situação, e para o apoio desta Assembleia ser unânime em relação a esta matéria, alterei o primeiro parágrafo e proponho assim: -----
" O actual Governo PS decidiu, com o apoio do PSD, a introdução da cobrança de portagens na Via Longitudinal do Algarve – "Via do Infante" e corto A 22 também" (realmente também concordo que isto não tem perfil de auto-estrada), com aplicação a partir do próximo dia 15 de Abril."--------
---

A outra parte é cortada e todo o resto é mantido, podemos pôr aspas na palavra impostas. ----------
---

Interveio o senhor **deputado Hélder Martins (PSD)** Disse que ouviu a intervenção do senhor deputado do Bloco de Esquerda e que de facto esta era a realidade e por isso estava escrito assim, não percebemos porque é que se muda agora, na nossa opinião assim está correcto, portanto estamos disponíveis para votar. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, questionou se fica como está, ou se haverá alterações a fazer. O senhor deputado Hugo Nunes, fez uma última alegação para mover o senhor deputado Carlos Martins, para ver se ele ainda faz alguma mudança. ----------
---

Interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, Para dizer ao deputado Carlos Martins, que a redacção que ele agora apresentou é mais favorável do

que aquilo que estava, está mais de acordo com a verdade, no entanto a nossa visão é que esta questão da defesa do princípio da universalidade se deveria manter. Se o senhor deputado não decidir manter, pois nós tomaremos uma posição, se mantiver o texto original teremos outra.--------

- A versão inicial tem para nós grande dificuldade em ser aceite porque não corresponde à verdade. A forma como o senhor deputado a reformulou é-nos mais fácil votá-la. Poderemos votar a segunda proposta, a primeira teremos mesmo muita dificuldade. ----------

---

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, e disse que o Bloco de Esquerda apresentou uma Moção no sentido de ser um consenso, que representasse a verdade. Se realmente o PS não gosta do 1º parágrafo, se realmente as restantes bancadas assim o considerarem, nós não vemos muita objecção, mas que se uma é verdade a outra também é verdade, não sei onde está o problema. ----------

---

Interveio o senhor **deputado Hélder Martins (PSD)**, disse que apresentam outra proposta para resolver o problema ao PS, a nossa proposta é que retire o primeiro parágrafo e votamos de imediato.----------

---

O senhor **Presidente da Assembleia**, questionou o senhor deputado Carlos Martins, se aceita esta proposta ou não?----------

Cada partido tem o direito de propor ao preponente alterações e o senhor deputado do PS, Hugo Nunes, já fez propostas, já são conhecidas do senhor deputado Carlos Martins. Ouviu agora uma proposta de alteração por parte do PSD e o senhor deputado agora informará a Assembleia qual é a sua decisão! ----------

O senhor deputado Hélder Martins, fará o favor de repetir a proposta.-----

---

O senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, disse que aguardava que o PSD decidisse qual é o parágrafo.----------

---

O senhor **deputado Hélder Martins (PSD)**, disse que estavam disponíveis para votar a Moção tal como ela está e entendemos que a Moção é do Bloco de Esquerda e não deve ser cada um aqui que, agora, muda uma vírgula ou falta umas aspas. Portanto o Bloco de Esquerda, assume a sua proposta e nós votamos, caso contrário nós ainda aceitamos retirar o 1º parágrafo todo. São as duas propostas que estão em cima da mesa.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse:----------
- "Senhor deputado Carlos Martins, é simples e claro. V.Exa decidirá se quiser 1 minuto para pensar concerteza, todos lhe damos e respeitamos em silêncio esse minuto de concentração".----------
Deu a palavra ao Sr. António Farrajota do CDS/PP.----------

Interveio o senhor **deputado António Farrajota (CDS/PP)**, e disse, que o CDS pode apresentar uma Moção em que apenas diz que a Assembleia Municipal de Loulé reprova as portagens na Via do Infante e se quiserem votar esta proposta, não se fala em mais nada e resolve-se o assunto.--------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse ao senhor deputado Carlos Martins, que aguardam a decisão.----------
---

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE)**, alegou que acha que o assunto é sério e não estamos a encará-lo realmente com a seriedade que o assunto merece, estamos aqui a brincar e estamos a "fazer birrinhas". O PS não gosta do 1º parágrafo nem do 2º que foi proposto, o PSD em contraposta, diz corta-se o 1º parágrafo e está o assunto resolvido. ---------
---

Depois como o 2º parágrafo passa a 1º o PS não vai gostar, "contrariando todas as promessas feitas durante a campanha eleitoral, o governo PS impor aos algarvios".----------
-

A minha intenção é que realmente saísse daqui uma proposta unânime desta Assembleia, mas traduzisse a verdade dos factos. Se realmente esta versão ultima, também não interessa. A ultima é "o actual Governo decidiu com o apoio do PSD, a introdução da cobrança e portagens na Via do Infante, com aplicação…" como é lógico o PSD não aceitou o dia 15 de Abril, é lógico! ------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse que antes de dar a palavra a alguém que queira fazer uma curta intervenção, a mesa, em função daquilo que ouviu, do senhor deputado Carlos Martins que é o preponente, irá propor a votação da Moção exactamente como ela está escrita.----------
Posto isto, se há intervenções sobre esta matéria, a mesa aceitá-las-á. -----
---

Interveio o senhor **deputado Ricardo Lampreia (PSD),** e disse que estão à meia hora a discutir coisas lamentáveis e ridículas, e que não vão a lado nenhum, e que o senhor deputado do Bloco de Esquerda, como aquelas pessoas que ainda têm umas certas reminiscências, vestígios do PS que é daquele que está "sentado em cima do gargalo do poço", não sabe se cai para um lado se cai para o outro". Acrescentou que uma proposta quando vem para a mesa é para ser votada na íntegra e nada deve ser alterado! ----------
---

Interveio o senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, e disse, que o primeiro parágrafo não corresponde à verdade e põe em causa a Moção. Portanto cada membro do grupo municipal votará como entender, não será uma posição do PS, será uma posição de cada um dos membros do grupo municipal do PS.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, colocou à votação a Moção e foi aprovada por Maioria com um voto contra e cinco abstenções. ----------
---

Portanto pedia, visto que temos tempo agora, vamos entrar no período da Ordem do Dia. ----------
---

Foi dada a palavra ao senhor **deputado Hugo Rosário (PS)**, que disse que contava ver a concretização de uma medida já apresentada duas vezes na Assembleia Municipal, através de uma Moção apresentada pelo PS e votada pela Assembleia em unanimidade, que é relativa ao Cartão Jovem Municipal. ---

Acrescentou que é uma questão que os jovens gostariam de ver implementada no concelho. Em termos de custos, penso que não acarretaria grandes encargos financeiros para o município, porque os jovens também comparticipam para ter o cartão e portanto desde 2009 que a questão foi aqui suscitada e gostaria de saber se está previsto ou não essa concretização dessa medida. ----------
---

Interveio o senhor **deputado João Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil):** "Conforme tinha sugerido ao senhor Presidente da Mesa, efectivamente, gostaria de ter colocado algumas questões respeitantes à freguesia de Almancil que não se restringe às moções em si, mas que eram precisamente em relação a alguns aspectos que parecem de particular acuidade neste momento e que têm a ver essencialmente com o estado dos pavimentos, das rodovias, por parte não só das populações, como do comércio em geral e todos aqueles que demandam a vila de Almancil, bem assim como várias artérias com acesso ao litoral e também a outros lugares da freguesia. ---------- ----------

Na última Assembleia, disse que Almancil, naquela altura, estava "a ferro e fogo" , isto no sentido figurado, efectivamente era isso que se estava a passar e temos vindo a confirmar as coisas nesse sentido. Tenho que reconhecer que a Câmara tem tentado fazer o melhor possível perante as circunstâncias que não são nada agradáveis para todos nós. Agora o facto é que mesmo o que está a ser feito e aquilo que a Câmara tenta colmatar no dia-a-dia, só a título de exemplo, de há um mês a esta parte que não foi arranjado absolutamente nada daquilo que eram os pavimentos deteriorados. Só ontem é que chegou a Almancil alguma coisa nesse sentido e foi por parte da Câmara e não por parte dos senhores empreiteiros que neste momento se

encontram no terreno. O que se passa não sei concretamente, sei é que é reposto algum tapete quando em vez e mesmo nas dominadas avenidas, aquilo está tudo abatido neste momento, aliás parecem mais drenagens de água do que propriamente pavimento em Almancil. Aquando destas ultimas chuvadas para agravar ainda mais a situação, constatamos que as tampas metálicas do saneamento básico com a pressão das águas dos lugares mais altos que vêm sendo drenados para a baixa de Almancil, levantam em grande numero, colocando em risco transeuntes e também o próprio trânsito. Este é o estado das coisas na vila de Almancil e nas vias em que compõem toda a rede viária da freguesia, tanto para sul como para nascente. Exceptua-se aqui um bocadinho a zona poente, mas de facto são situações bastante desagradáveis que recaíram por força das circunstâncias, por um lado de fazer as obras, tão necessárias que são, mas por outro lado também viemos de facto a confrontar com aspectos menos agradáveis de quem está na execução das obras, nomeadamente os senhores empreiteiros que não têm correspondido e eu sei que a Câmara tem feito esse esforço, no sentido de chamá-los à responsabilidade, m as o facto é que a situação em Almancil é calamitosa deste ponto de vista. Portanto queria deixar estas notas mais no sentido de em conjunto com a Câmara isto se resolva muito rapidamente".---

---

Foi dada a palavra ao senhor **deputado Hugo Nunes (PS)**, disse que há uns pequenos registos sobre a actividade municipal, não é o momento de avaliação, é o momento de informação da Câmara Municipal, de algumas questões da parte dos membros da Assembleia Municipal. Começava por registar que apesar de começar por finalmente registar que o Cine Teatro Louletano, está reaberto, esse é um motivo de orgulho para todos aqueles que são louletanos concerteza e creio que toda a gente no concelho tenha orgulho nisso. Sei que as pessoas que são naturais desta cidade, têm um orgulho acrescido em ver aquela casa reaberta e portanto deixar registado isso. Registar também que não é de somenos o facto de se ter mantido o nome de Cine Teatro Louletano, nós valorizamos essa questão e não podíamos também deixar de registar aqui. Quero registar também com particular satisfação a homenagem que a Câmara Municipal de Loulé está a promover à escritora Lídia Jorge, que é um dos símbolos deste concelho, aliás tem uma dimensão nacional e até internacional, e é com muito orgulho

também que vimos que a nossa cidade, o nosso concelho reconhece a sua dimensão e o seu valor e portanto felicitar também a Câmara Municipal por isto. Deixar a seguir duas questões. Uma delas diz respeito à documentação que foi também enviada para acompanhar esta convocatória que diz respeito à extinção da sociedade do Parque das Cidades com a absorção dos profissionais que lá se encontravam pela Associação de Municípios, uma pergunta muito concreta, que não vimos reflectida aqui e qual é o custo mensal, a comparticipação mensal que cabe ao concelho de Loulé para o funcionamento da Associação de municípios agora, neste novo figurino e registar que relativamente à redução das verbas para as Juntas de Freguesia no que diz respeito às escolas, o senhor Vice Presidente juntou ainda há pouco uma explicação que nos deixou muito preocupados, porque há aqui uma diferença clara então entre aquela que é a forma como o actual Executivo vê o financiamento do papel que as Juntas de Freguesia têm nas escolas e aquela que é a forma como nós continuamos a ver esse financiamento. As escolas são muito mais do que salas de aula e se nós reduzimos o financiamento da manutenção e reparação das escolas, desde pequenas intervenções nas salas de aulas, estamos a sub financiar as Juntas de Freguesia, em intervenções muito importantes que fazem para manter a qualidade das escolas e portanto deixar aqui registado que para nós, as escolas são muito mais do que salas de aula e portanto achamos que o Executivo deve rever esse critério e deve financiar a manutenção das escolas e não a manutenção das salas de aula única e exclusivamente. --------
---

Por último, também dizer que esta Informação da Actividade Municipal que nos foi enviada foi a primeira que tentou cumprir a lei no que diz respeito aquilo que são as obrigações e do que deve constar, tem aqui uma menção à área financeira. Reafirmamos o nosso pedido para que a informação financeira fosse enviada para os deputados. Foi-nos dito que não, que a informação financeira era esta que constava aqui como actividade municipal para a área financeira. Nós lamentamos porque esta informação que aqui está é claramente insuficiente e não é esta informação que cumpre o espírito daquilo que está na lei.----------

O que aqui está, é a apresentação se quisermos de uns, permitam-me a expressão, "totais de mercearia". Esta informação tem que ser complementada. Admitimos que o Executivo esteja, como está a começar,

possa estar disponível para afinar esta informação, propomos aos outros grupos municipais, que de uma forma muito sintética, tentemos chegar a um acordo sobre aquela que deve ser a informação financeira a prestar periodicamente à Assembleia Municipal, para que este documento passe a cumprir o espírito da lei e possa servir o propósito que tem que é o de informar os membros da Assembleia Municipal sobre a situação financeira da Câmara Municipal em cada momento que a Assembleia Municipal se reúne nas suas proximidades.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia** disse que temos duas últimas intervenções, senhor deputado Hélder Martins e depois o senhor deputado Ricardo Lampreia.----------
---

Interveio o senhor **deputado Hélder Martins (PSD)**, disse que, de facto, o deputado Hugo Nunes, tocou também no ponto que ia tocar. Realçar aqui, de facto, a questão do cinema. O cinema foi uma obra que demorou o seu tempo, uma obra muito específica, muito concreta e todos nós nos lembramos que ao longo do tempo que o cinema foi alvo de intervenção, na fase de projecto, fase de obra, ouviram-se muitas vozes que criticavam um pouco, até às vezes se falava na inacção da Câmara e muitas dessas vozes não se ouviram agora no final a aplaudir. Tive a oportunidade de estar lá presente e também como disse o senhor deputado Hugo Nunes, senti orgulho em ser louletano. De facto a obra dignifica-nos, a obra tem, à sua dimensão, e se calhar é dimensão que é necessária, porque alguns comentários que se ouviram, é que se a obra tivesse mais "X lugares", mas o problema depois é a sua sustentabilidade, é a oportunidade de colaborar nalguns passos deste processo. Desde o início em que o Executivo de que eu fiz parte tratou da negociação, quer pela Região de Turismo do Algarve e na altura através das verbas de jogo, onde se tentou implementar um sistema que essas verbas fossem utilizadas para investimentos significativos e não para no caso concreto pagar obras, uma simples calçada à porta de um cemitério, não é para isso que as verbas do jogo servem, e foram gastas ali algumas e muito bem gastas e portanto termino só, dizendo que tenho a plena convicção que de facto com a programação cultural e com um conjunto

de outros eventos que ali serão realizados, aquilo é um espaço de grande dignidade para o concelho e Loulé, a exemplo de outros espaços que perpetuam a memória também que este Executivo recuperou e lembro simplesmente aqui muito próximo de nós, o Arquivo Municipal e essa a nota que queria deixar aqui de grande congratulação desta bancada por esta intervenção. ----------

Interveio o senhor **deputado Carlos Martins (BE),** e disse:----------

- Tinha aqui um conjunto de questões para colocar ao executivo camarário. - A primeira registamos com agrado a abertura de um equipamento de apoio à 1ª Infância e que esta iniciativa embora seja privada, foi subsidiada pelo Governo e pela Câmara e que deverá ser o objectivo principal da actividade municipal na área do apoio social.----------

Em relação ao cinema, nós reconhecemos que a intervenção efectuada vem criar novas e melhores condições de funcionamento deste equipamento cultural, bastante presente na memória dos louletanos, no entanto podemos colocar algumas questões no sentido da sua "rentabilização" entre aspas porque a cultura não é propriamente uma forma de negócio e a sua abertura à sociedade civil.----------

O investimento nesta obra rondou os quase quatro milhões de euros e o tempo de execução, embora muito demorado teve perto dos quatro anos. Só por si um motivo para nos preocuparmos quanto ao futuro deste equipamento e qual o projecto cultural para o concelho que está associado.--

Interessa saber aqui qual é o modelo de gestão adequado para aquele tipo de equipamento, a sua direcção e também a programação dos eventos. Outra questão que se prende é a questão aqui dos apoios dos contratos-programa e os apoios financeiros às instituições, a Câmara decidiu nesta matéria atendendo à actual situação económica de perda de receitas. Aqui nesta área uma redução de 25% em relação a 2009, nós consideramos que isto é uma medida cega, quer dizer, nós consideramos que a Câmara deveria iniciar um novo ciclo nesta matéria; isto é, deveria aplicar o orçamento base zero. É certo que determinado clube, o ano passado fez muita coisa e reduziu 25%, mas este ano se calhar não faz nada, ou faz muito pouco e comparativamente que outros que tiveram mais iniciativas e mais capacidade de intervenção na sociedade são prejudicados. Importava nesta matéria

saber se seria boa altura para rever os critérios de atribuição e privilegiar as actividades não profissionais em especial as que envolvem o maior número de jovens e também gostaríamos de saber qual é o controle feito em relação ás verbas atribuídas aos clubes que são financiados por actividades amadoras e têm modalidades profissionais que podem ser usurpadoras destas verbas, o que na gíria se diz cá fora, é que de um modo geral os contratos-programa dizem muita coisa, que era para todas as actividades amadoras, mas depois as pessoas queixam-se que realmente tudo aquilo vai para actividades profissionais. Uma outra questão que também gostaríamos de colocar aqui, é a questão daquele projecto de requalificação urbana da zona costeira de Quarteira-Vilamoura. É um projecto que tem andado assim em saltos muito curtos, muito espaçados no tempo. Foi lançado há quatro anos um concurso de ideias 2007, passados 4 anos aprova-se uma contratação de projecto e certamente que esta obra se iniciará em 2015 e depois o Plano de Pormenor em 2019.----------

Acho que aquela área é uma área nobre de Quarteira e que realmente é a transposição da zona turística de Vilamoura para Quarteira e que deve ser digna dos espaços que está lá reservado.----------

Estamos preocupados com o estacionamento subterrâneo que está lá previsto naquele projecto, julgamos que certamente há soluções técnicas, mas certamente que essas soluções técnicas de um modo geral vão encarecer demasiado o projecto num parque subterrâneo numa zona até então perto do nível do mar.----------

Gostaríamos de saber uma vez que está lá previsto o edifício do mercado, gostaríamos de saber o que é que se vai fazer em relação ao edifício actual, se vai ser proposto a sua requalificação, se será introduzido neste projecto de planeamento.----------

Por último registo com agrado que finalmente a Câmara cumpriu uma parte daquilo que a lei diz, no entanto esta proposta, esta informação tem um sabor muito a pouco. Trata-se aqui de fazer uma comparação orçamental num pequeno período de tempo, que realmente vimos por aqui que a execução orçamental não vai haver grandes novidades para já. No entanto seria bom que isto fosse de acordo com aquilo que o deputado Hugo pediu, julgo que devia ser complementado com muito mais informação. Gostaríamos de saber o saldo transitado de 2010, os activos, os passivos, os compromissos financeiros em curso, a situação das dívidas a fornecedores

ou empreiteiros, os prazos de pagamento. São coisas que os deputados municipais têm direito de saber, a actividade municipal tem que ser transparente, tem que estar ao serviço dos cidadãos, não só dos deputados municipais e como tal julgo que juntamente com os outros grupos municipais se poderá entender qual o tipo de informação nesta matéria que a Câmara poderá solicitar. ----------

Foi dada a palavra ao senhor **deputado Pedro Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente)**, que disse lhe foi colocada uma observação por moradores da Avenida nascente, e quero deixar a minha satisfação por esta obra ter sido terminada e razoavelmente bem executada. A situação que me puseram, foi a seguinte senhor Presidente, Vice-presidente e senhores vereadores, disseram-me que foram executadas algumas alterações no que respeita aos contadores de energia e que noutras moradias isso não foi feito, e eu disse, talvez a alteração não fosse viável e por esse facto a empresa que fez a obra, talvez não tenha feito a alteração, "mas agora é difícil o homem da EDP ir lá e contar a energia", e eu disse, "olhe acho que vou colocar a situação à Câmara e concerteza que essa situação não deve ser por questões de injustiça propositada, mas sim porque ou tecnicamente não era possível, ou então porque os trabalhos a executar com a alteração seriam consideráveis". ----------

Interveio o senhor **deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, e disse que queria terminar com uma boa notícia, que acho que deve encher todos os louletanos de orgulho e especialmente o executivo da Câmara Municipal de Loulé e também os deputados e a pessoa do senhor Presidente, no tempo em que exercia funções governativas na Secretaria de Estado da Saúde, é que o nosso hospital finalmente vai abrir no dia 15 de Março. Abre apenas para consultas externas e depois as restantes valências vão ser abertas faseadamente, ao fim de uma semana abre a fisioterapia e um mês após, no máximo, deve estar a laborar em pleno e acho que como todos vós sabeis, este Executivo teve altamente empenhado na reconstrução do nosso hospital e onde aprovou também um subsídio de 800.000.00€ e é da memória de todos vós que estão aqui, e na pessoa do senhor Presidente,

quando exercia as tais funções governativas também concedeu um subsídio de 200.000.00€. Portanto é um motivo de satisfação e só faço votos para que este Executivo continue na sua, parafraseando uma certa gíria ciclista "na vossa boa pedalada empolgante" para levar este concelho de Loulé ao rumo e ao apogeu que neste momento ele se encontra. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, evocou um comentário do senhor deputado Ricardo Lampreia, relativamente ao hospital. Quando era miúdo foi tratado no hospital pelo Dr. Bernardo Lopes e ainda tem bem viva essa situação e a autoridade amigável e a qualidade de médico espantosa que ele tem e justamente honramos com o busto que está no final desta Praça.------
---

Interveio o senhor **Vice-presidente, José Graça,** para responder às questões colocadas pelos senhores deputados: ----------
"Quanto à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almancil, em relação os pavimentos das vias em Almancil, isto de facto é assim, as obras de saneamento trazem esse incómodo. Costumo dizer e ainda estão ali aqueles senhores que há pouco intervieram; as obras de saneamento são sempre as mais desejadas antes de começar e as mais desejadas que acabem, mas de facto nem sempre são rápidas e na parte nascente da freguesia de Almancil, as questões dos pavimentos, têm a ver com isso, têm a ver com uma obra volumosa, com várias frentes de obra, que de facto foram repavimentadas partes e não foram repavimentadas outras, e a verdade é essa. Pelo menos que é aquela via que vem desde a passagem de nível e liga à 125, de facto está em muito mau estado, para além de outras de dimensões mais reduzidas, que também têm já alguns abatimentos, o que também acontece sempre nas obras de saneamento, nunca vi nenhuma obra de saneamento que não tivesse abatimentos, mais ou menos com percentagens maiores ou menores, mas de facto sempre existe, de resto é por isso que a ultima camada de tapete nunca se coloca a seguir à intervenção da obra e que demora normalmente um ou dois Invernos e as pessoas ás vezes nem percebem porquê que se demora tanto tempo, mas é um pouco assim que se constrói, pelo menos em Portugal, nos outros países não sabe.----------

Na parte sul, a empresa poderia fazer mais, indiscutivelmente, não é por falta de insistência não é por falta de reuniões, não é por falta dos fiscais também acompanharem as empreitadas, como o Presidente já algumas vezes testemunhou, porque também algumas vezes já foi ao local comigo e com esses mesmos técnicos. ----------
Perante empresas que têm alguma debilidade como aquela, tenho sempre a dúvida, se o melhor é apertar mais e se calhar eles saem da obra e depois fico como a de Alte, meses e meses sem lá ninguém ou se ir de algum modo fazendo um bocado este papel, e de facto é este papel que tenho vindo a fazer.----------
Pois não sei se a empresa em causa tem condições ou não para terminar as duas obras, gostaria que as terminasse, até porque entre outras coisas é uma empresa do nosso concelho, que dá emprego a algumas pessoas do nosso concelho e de concelhos vizinhos, mas de facto a situação não está fácil para as empresas, como não está fácil para as Câmaras e para o Governo.----
Estas são as conjunturas da situação que nós vivemos. Até hoje desde nove anos que estou na Câmara, já faliram oito empresas que tinham obras com a Câmara Municipal de Loulé, no uso histórico do pós 25 de Abril, se calhar não faliram outras oito nos outros anos todos.----------
De facto é a nova realidade e que todos somos confrontados. ----------
Em relação à questão das tampas de água e se fosse só água era bom, mas nem sempre é só água, nem sempre é pluviais, também é esgoto. Essa questão das tampas saltarem na 125 dentro de Almancil, só é resolvido definitivamente com aquela obra que se está a fazer, que é a ligação de Almancil à Quinta do Lago, porque aí sim, estamos a colocar um pluvial de uma dimensão muito grande e um esgoto de uma dimensão muito grande para resolver definitivamente esse problema. Sem isso sempre que chover muito ou que houver uma grande carga de esgoto, de facto as tampas saltam, esta é a realidade, não há alternativa. Respondi às questões. Em relação ao deputado Hugo Nunes, todos nós já estamos habituados a este jogo, de resto acho também que isto tem a ver um pouco com alguma escola que fez numa escola superior a esta com deputados com mais requinte. Nunca está contente, há sempre um finalmente, há sempre um "se", não foi capaz de valorizar o Cineteatro, mas a gente já estão habituados. Começou por dizer e reforçou duas vezes "finalmente o cine teatro está inaugurado", mas eu é que devo ter andado distraído, porque o que é verdade é que em 9 anos,

desde que este Executivo cá está, nós recuperamos o Arquivo, recuperamos o Mercado Municipal, recuperamos o Cine Teatro, demos um apoio, porque sem o nosso apoio não tenham nenhuma dúvida que nunca o Hospital da Misericórdia teria sido recuperado, e eu pergunto se nos doze anos anteriores de gestão do PS, qual foi o imóvel desta dimensão que foi recuperado no concelho de Loulé? ----------
A distracção deve ser minha, mas eu aí nem posso dar finalmente esse meu apoio, porque eu acho que ele não existiu, mas devo ter andado distraído.----
Em relação à homenagem da Lídia Jorge, é evidente que mal fosse que não se congratulasse, mas o que é verdade é que o PS enquanto geriu estes destinos, não reconheceu essas mais valias da escritora Lídia Jorge.---------
A questão da comparticipação para o Parque das Cidades, é evidente que a comparticipação da Câmara de Loulé e da Câmara e Faro, vai reduzir alguma coisa, mas não nos enganemos, a parte principal da comparticipação para o Parque das Cidades, é os custos da dívida, que é a amortização e juros, e isso é mais de 80% daquilo que as Câmaras transferiram no passado e agora há-de subir um pouco mais, porque os outros custos de funcionamento descem um pouco, mas esses 80% dependem mais da taxa da Euribor do que dependem de ter mais dois ou mais três, ou menos três funcionários e essa responsabilidade também não cabe a este Executivo, quem decidiu esse grande projecto com o mérito e com o desmérito que ele tem e por vezes também é atacado só nos aspectos negativos e eu acho que esse projecto é importante para Loulé e pode ser importante para Loulé. Agora não queira é só o PS ter os louros de o conceber e depois querer que o PSD seja atacado pelos custos do dinheiro que tem que mandar para o Parque das Cidades para suportar o Parque, isso é que não é justo. Não me parece sinceramente que seja justo.----------
Em relação ás escolas e ás salas de aulas, eu já há pouco disse, acho que já fui claro, para quem recebe é sempre pouco, mas se eu recebesse do Ministério da Educação o mesmo que eu pago por salas de aulas, seguramente requalificaria mais facilmente o Parque Escolar que recebi do Ministério e com isto digo tudo.----------
Agora, é sempre fácil criticar, agora o que é verdade é que mesmo nas salas de aulas, nos doze anos do PS, nunca se aproximaram do valor que nós transferimos por salas de aulas para as escolas primárias. Esta é que é a realidade, mesmo com a correcção do número de salas de aulas, e os

números falam por si. É só contabilizar aquilo que se transferia no passado e aquilo que se transfere hoje e é verdade nas escolas, é verdade nos contratos-programa de obras e é verdade nas valetas, é verdade em todos os contratos-programa com as Juntas de Freguesia e mais do que o valor indexou-se esse valor ao Fundo de Equilíbrio Financeiro. Não há aqui Presidentes de Junta e Juntas de Freguesia da cor A ou da cor B, são todos tratados por igual como todos sabem, que é uma grande diferença em relação aquilo que acontecia no passado.----------

Em relação à informação financeira, ela também pode não estar completa, mas é a 1ª vez que esta Assembleia tem uma informação financeira. É a primeira vez de todos os anos, agora há um momento em que a informação financeira dada a esta Assembleia, é total, é quando se aprova a Conta de Gerência. Agora o que é evidente, que acho que não está na cabeça de nenhum deputado concerteza, é pensar que a Câmara Municipal de Loulé, vai em cada uma das Assembleias intercalares que se realizam ao longo do ano, fazer o apuramento das contas, para trazer aqui o saldo de 31.12.2010, ainda não está apurado pela Câmara de Loulé, não está certificado pelos auditores, e eu até que isso não esteja certificado, não divulgo esse resultado nem ao deputado Carlos Martins nem a nenhum outro, por muito que peçam, por muito que insistam, porque eu não quero ser contrariado com um resultado e depois um outro. Esse papel não faço. Poderão utilizar as técnicas que quiserem, os argumentos que quiserem.----------

Em relação ás questões colocadas pelo deputado Carlos Martins, Creche da Nova Terra felicitou, Cineteatro felicitou, contratos-programa, pois isto é assim, a questão dos critérios, o meu colega Joaquim Guerreiro, poderá falar melhor do que eu, mas a questão é sempre assim; quando se corta é porque se corta, é porque são medidas avulsas de 25%, não é 25%! É em média 25%, foi isso que foi divulgado. O que nós nos comprometemos e vai ver que no final do ano, quando forem publicados os apoios, não foi 25% para todos, porque de facto há outros critérios. Agora o que queremos atingir é uma redução de 25% no total dessa verba que transferimos comparativamente este ano de 2011 com aquilo que foi as transferências de 2010. Se não estava clara esta ideia, é isto que queremos, agora não é igual para todos e como o meu colega seguramente explicará melhor que eu, são equacionados "N" critérios no contrato programa e é para cada um dos anos e é também aí pela 1ª vez se apresentou um regulamento que está disponível

a todos os clubes, que eles podem comparar e fazer eles também os próprios cenários; se é justo ou não é justo o valor que recebem e porque é que recebem aquele valor e também tendo os dados do outro clube, que não sei se tem, poderão ver porque é que o outro recebeu este valor ou aquele.----------

Em relação à requalificação urbana Quarteira-Vilamoura, penso que há bocado, só por lapso, o deputado Carlos Martins nos fez crer imaginar que as obras começavam em 2015 e o Plano de Pormenor em 2019, porque seguramente não é isso, porque o Plano de Pormenor a ser necessário teria que ser antes das obras, mas como jogou com esse "trocadilho" presumo que não era isso.----------

É evidente que esta requalificação é muito importante, é muito urgente, mas também é muito importante e muito urgente há trinta anos, não é só de agora. Essa é que é a verdade e portanto estamos a dar passos nesse sentido, alguns dos problemas para que a obra avance, também ainda não estão desbloqueados, do ponto de vista de terrenos e portanto estamos a caminhar nesse sentido, mas inevitavelmente é uma obra para avançar e seguramente vai avançar.----------

Em relação à questão do parque subterrâneo, é um parque subterrâneo de difícil execução, com um custo por parque, por lugar de estacionamento elevado; mas se há zona onde em Quarteira é mais necessário um parque de estacionamento, seguramente todos nós havemos de reconhecer que também é neste local, a menos que há pouco apoiamos aquelas pessoas que aqui vinham reclamar contra os parquímetros e que ali achamos uma coisa e aqui achamos outra.----------

Se há zonas em Vilamoura que têm procura é aquela, se há zonas em Quarteira que têm procura é seguramente esta. Não vale a pena fazermos o discurso em função do receptor: Portanto agora que é extremamente difícil, é, que é caro é, e que tem que ser bem feito para que não tenha problemas depois, de consequências futuras em termos de níveis freáticos também é verdade e tudo isto tem que ser tratado em sede de projecto e em sede de execução de obra, e nós temos a consciência disso.----------

Em relação ao mercado actual, há uma disposição do POC, que de facto aponta para a demolição e estamos a tentar evitar que isso aconteça. Acho que não faz sentido o mercado da fruta ser demolido, mas é isso que aponta as medidas do POC para aquela área e que estão publicadas, estão em Diário

da República, mas acho que não faz sentido fazer a demolição do mercado da fruta existente. A mesma opinião não tenho eu em relação ao mercado do peixe, acho que esse se for abaixo, não é nenhuma marca em Quarteira, é algo que do meu ponto de vista não temos nada a preservar ali e portanto vamos tentar manter o mercado para um outro fim que podia ser um pólo museológico de qualquer coisa, que era muito importante. ----------
---

Em relação á questão da avenida nascente e se percebi a questão, era dos contadores da energia, não é?----------
É assim, penso que todas as situações ao longo da via, no espaço da intervenção da avenida foram tratadas, de resto o projecto como é obrigatório, foi aprovado pela EDP, portanto a Câmara não fez o que lá quis, fez aquilo que a Câmara propôs, mas que a EDP por sua vez aprovou, porque de facto em termos futuros as ligações não somos nós que vamos fazer, mas sim a EDP e foi concertado entre nós e a EDP, não conheço dentro da via situações de maior dificuldade. Agora é evidente que se renovou as condutas dentro da área que trabalhámos, na avenida. Se houver uma caixa de ligação afastada desta área, é evidente que teve um tratamento diferente e penso que terá sido esta a situação.----------
---

Interveio o senhor **Presidente da Câmara**, e disse: ----------
- Depois passaria a palavra aqui ao senhor vereador Joaquim Guerreiro, para falar sobre a questão dos contratos-programa, sobre o cartão-jovem. Antes disso, queria dizer-vos que, depois de falarmos nestes assuntos, eu estava aqui na expectativa, se haveria alguém que iria falar na inauguração da Lota de Quarteira, que se realizou nesta 3ª Feira, tantas vezes me perguntaram o que é que se passava lá, particularmente da bancada do PS, quando é que se inaugurava o Porto, quando é que se inaugurava a Lota. Várias vezes fui aqui confrontado, eu pessoalmente com essa questão.----------
---

Uma vez inaugurada, não ouvi aqui ninguém referir esse aspecto e sou eu que o vou referir. Foi com grande satisfação na terça-feira passada, tivemos aqui o senhor Ministro da Agricultura e Pescas, o senhor secretário de Estado das Pescas, o senhor Director Geral das Pescas, portanto uma série de entidades ligadas ás pescas, para inaugurar a lota; a lota já estava em

funcionamento, mas efectivamente foi inaugurada na 3ª feira passada com grande impulso, verdade seja dita, e quem esteve presente na inauguração, é minha testemunha porque eu usei da palavra e realcei esse facto, com grande impulso dado pelo senhor Ministro da Agricultura, que no Verão passado, se disponibilizou para visitar o espaço comigo para tentar que o mesmo fosse inaugurado agora, mas o mesmo não aconteceu por aquilo que sei em Albufeira, que pelos vistos não foi lá ninguém; mas em Quarteira nós somos agradecidos no concelho de Loulé e em Quarteira em particular e estivemos lá todos presentes, porque fomos convidados para estar presentes com muito gosto. ----------

Penso que o problema do gelo está resolvido, o problema das câmaras frigoríficas também está resolvido e o repto que eu lancei a todos os que estiveram lá presentes, até para clarificar as águas, em que era minha intenção e deste Executivo, considerar como prioritário a intervenção no espaço entre Quarteira e Vilamoura. ----------

Nós hoje vivemos um período em que o dinheiro não abunda, é necessário definir prioridades, é um concelho que é muito grande, continua a ter muitas necessidades, mas para este Executivo, disse-o publicamente e lancei esse repto, que é prioritário aquela intervenção, para todo o concelho e particularmente para a cidade de Quarteira.----------

Falta resolver o problema da passagem dos pescadores que estão nos armazéns para dentro do Porto de Pesca, é um problema que está por resolver ainda e isto prende-se com a construção de umas casas de banho e de um bar de apoio ao Porto de Pescas, que ainda não foi iniciado, mas parece que já há condições para brevemente se iniciar a construção, mas os pescadores da Quarpecas, recusam-se a passar para dentro do Porto, sem estas obras iniciadas, e é isto que está aqui a dificultar a intervenção da Câmara neste espaço, porque a partir do momento em que os pescadores passam para dentro do Porto, nós imediatamente deitaremos abaixo as barracas que lá estão construídas. Chegamos a acordo com a Quarpescas, com a participação nas rendas dos armazéns dentro do porto, temos esse problema resolvido e agora aguardamos que sejam criadas as condições para que nós possamos fazer a limpeza daquela zona, enquanto decorre o projecto para a execução daquela obra. Resolvemos também um outro problema, que era uma parte do terreno que nos fazia falta e que era propriedade do Grupo Oceânico, que ficava localizado a sul da Vala Real.

Esse problema chega a acordo com o grupo Oceânico e portanto está desbloqueado também esse terreno. Neste momento as condições existem, o projecto está a ser elaborado e mesmo antes de iniciar a obra, penso que Quarteira ganharia muito com a limpeza de toda aquela zona, enquanto aguardamos a aprovação do projecto, mas está dependente como foi dito naquela inauguração, está dependente de colaboração e naturalmente criarem as condições dentro do Porto de Pescas, para que nós possamos trabalhar.----------
---

Interveio o senhor **vereador Joaquim Guerreiro**, e respondeu ao senhor deputado Hugo Rosário sobre o Cartão-jovem. De facto a Câmara está a avaliar a proposta que foi feita, estamos a reunir um conjunto de regulamentos que são já prática noutros municípios; também tentaremos procurar uma parceria com a Movi jovem, visto que a Movi jovem, tem já um cartão-jovem implementado no país. A Câmara só irá implementar, de facto se houver vantagens para os jovens desse cartão-jovem. Estarmos a criar um cartão-jovem de Loulé à semelhança daquilo que a Movi jovem tem, não faz sentido; ou há vantagens de facto para os jovens e aí nós apoiamos, podemos juntar a parceria com a Movi jovem. Presumo que no 2º semestre deste ano, haverá algumas novidades sobre essa matéria.----------

Sobre a questão que foi colocada do Cine Teatro pelo deputado do Bloco de Esquerda Carlos Martins, sobre o Cine Teatro e particularmente todas as outras bancadas falaram da inauguração do espaço cultural que a nossa cidade tem, acho que neste momento estamos bem servidos relativamente ás condições para poder programar, para termos um projecto cultural ainda mais sustentável daquilo que temos actualmente e como é conhecido por toda a gente, um trabalho visível nessa matéria.----------

Em relação ao Cine Teatro, a direcção é da Câmara Municipal de Loulé, não está em causa isso, portanto a direcção artística, a direcção do Cine-Teatro, são funcionários da Câmara, portanto temos pessoas com capacidade para o fazer. A estrutura técnica é uma estrutura extremamente ligeira, não vamos cometer os erros que os outros espaços culturais, até muito recentemente inaugurados, como o Teatro das Figuras e o Templo de Portimão, que inauguraram com as estruturas de 20 pessoas, hoje estão reduzidas a 8, verificaram que não tinham capacidade e

rentabilidade para terem essa estrutura. Portanto aqui nós de facto aprendemos com os erros dos outros e temos uma estrutura técnica extremamente ligeira. ----------
Relativamente à programação, é uma programação extremamente simples, que pretendemos que ela seja coerente, a qualidade, para aquilo que temos feito nos últimos anos, onde vão participar concerteza os agentes culturais locais. Já no mês de Março vamos ter a mostra de teatro Cenários, onde as companhias e grupos de teatro locais irão exibir, irão usufruir daquele espaço, obviamente com regras. Para além disso, em termos de outras actividades, o cinema que é uma das valências do Cine-Teatro, vai apostar num cinema mais de cariz alterativo; ou seja, não faz sentido nem há essa possibilidade de competir com os fóruns ou com o Algarve Shopping que são monopólios das distribuidoras e nós para alugarmos um filme daqueles de estreia custa 1.500€ para termos uma casa se calhar com 20 ou 30 pessoas. Portanto iremos procurar outro público, apostado na formação, no conhecimento destas artes e da cultura.----------
Em relação aos apoios, contratos-programa, ás associações e clubes, o Executivo tomou esta medida, não é uma medida cega, obviamente que os clubes apresentam um Plano de Actividades, tendo de responder a um questionário, que dá algum trabalho, de facto não é fácil e haverá critérios de avaliação que passa pelas modalidades, pelo quadro técnico desportivo que os clubes têm, passa por se os seus atletas são federados, se não são federados e também são contemplados os não federados, até o desporto feminino e o desporto para deficientes. Portanto há um conjunto de critérios que fazem parte da avaliação. Agora, entramos num novo conceito e numa nova forma de estar relativamente aos apoios aos clubes. Não se pode e no meu ponto de vista pessoal, uma autarquia estar a sustentar os custos fixos dos clubes, não faz sentido isso, não é o papel de uma autarquia. O que faz sentido é apoiar os custos variáveis dos clubes, ou seja a dinâmica desportiva do clube e os clubes hoje têm de se posicionar, para poder dar resposta a estas situações.----------
Falou também da avaliação. De facto tem sido feitas avaliações, é pedida para cada contrato-programa e subsídios que haja uma autoavaliação por parte dos clubes e a Câmara Municipal já no ano de 2010 fez avaliação hoje 4 clubes que mais receberam dinheiro da Câmara Municipal de Loulé.---------

As coisas mudaram e estamos a acompanhar e de facto também estamos a ajudar os clubes, mas tem de haver sentido de responsabilidade da parte dos dirigentes que estão á frente dos clubes. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu palavra à senhora deputada Maria Esteves. ----------
---

Interveio a senhora **deputada Maria Esteves (PS)**, e disse: " que era mais como cidadã do que como deputada do PS, porque é nessa postura que me coloco neste momento, e dizendo que não sendo nem natural da cidade, nem natural de Loulé, sou mãe de uma louletana enterrada no seu cemitério e dois jovens em crescimento, em formação nesta terra. É neste contexto que falo, porque ouço demasiadas vezes os naturais de Loulé. Eu sou da terra onde estou e por ela faço o que posso, se mais não faço é porque não sei. Era isto que eu queria dizer e nesse sentido agradecer ao senhor vereador Joaquim Guerreiro a explicação que deu em relação ao Cine-Teatro de Loulé e congratular-me, dar os parabéns à Câmara Municipal de Loulé, pela belíssima obra que fez, mantendo a belíssima obra que ali já estava. Não que eu conheça bem, só lá entrei uma vez, mas a minha filha sim, conhece bem e ela é uma boa testemunha da obra que está ali. Agora tenho que dizer a parte mais desagradável, mas permitam-me, tenho que o dizer, confesso que fiquei espantada com a intervenção do senhor Vice Presidente da Câmara, porque eu creio que os elogios venham de onde vierem, eu considero que são sempre reais e o PS, deu de facto um elogio pela obra. O que veio para trás senhor Vice-presidente, peço imensa desculpa, acho que foi a despropósito, já o disse, aqui sim já estou a falar como deputada do PS e por aqui me fico". ----------
---

O senhor Presidente da Assembleia deu como terminada a Sessão, e nada mais havendo a registar foi lavrada a presente acta, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A 1.º SECRETÁRIA_____

A 2.ª SECRETÁRIA _____

289 400 809
E-mail: aml@cm-loule.pt
289 462 030